



**ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO**

Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 1º e 2º andares - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060  
Telefone: - www.ac.gov.br

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 040/2026 - COMPRASGOV N.º 90040/2026**

O Estado do Acre, por intermédio da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, infra qualificada, torna público aos interessados que na data, horário, e condições abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO na forma ELETRÔNICA**, tudo de conformidade com Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei nº. 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº. 14.133/2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Esta licitação foi regularmente autorizada pelo **Órgão Contratante** conforme consta no processo administrativo, sendo a Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, órgão da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, responsável pelos procedimentos licitatórios, designada como **Órgão Promotor** da licitação.

<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO:</b>	0019.012695.00009/2025-41
<b>ÓRGÃO CONTRATANTE:</b>	Secretaria de Estado de Saúde - SESACRE
<b>UASG:</b>	927996
<b>MODALIDADE:</b>	PREGÃO
<b>FORMA:</b>	ELETRÔNICO
<b>SRP:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR LOTE
<b>MODO DE DISPUTA:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> ABERTO
<b>VALOR DE CARÁTER SIGILOSO:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
<b>VALOR ORÇADO:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Valor Estimado <input type="checkbox"/> Valor Máximo Aceitável <input type="checkbox"/> Valor de Referência
<b>PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS (Observado o disposto no art. 4º § 1º da Lei 14.133/2021)</b>	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
<b>INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES (DISPUTA ABERTA):</b>	VALOR [R\$ 0,01]

INVERSÃO DE FASES:	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
PROVEDOR:	Sistema de Compras do Governo Federal (COMPRASGOV). <a href="http://www.gov.br/compras/pt-br/">http://www.gov.br/compras/pt-br/</a>
DATA DA ABERTURA:	19/02/2026
HORÁRIO DE BRASÍLIA:	9h15min
PERÍODO DE RETIRADA:	02/02/2026 à DATA DE ABERTURA
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	<a href="http://www.gov.br/compras/pt-br/">http://www.gov.br/compras/pt-br/</a> e/ou <a href="http://www.licitacao.ac.gov.br">http://www.licitacao.ac.gov.br</a>
PREGOEIRO(A):	Valdemir Januário de Almeida
NOMEAÇÃO:	Portaria SEAD nº. 262 de 12 de Março de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Acre, ano LVII, N°. 13.980 de 13 de Março de 2025.
<p>Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.</p>	

O Pregão será realizado pelo(a) Pregoeiro(a) a ser designado por esta secretaria, bem como os Servidores que irão compor a equipe de apoio. Na ausência ou impedimento do(a) Pregoeiro(a) ou equipe de apoio indicado neste item, poderão atuar outros servidores oficialmente capacitados e designados pela Administração.

## 1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a **Registro de preços para** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de nobreaks de pequeno, médio e grande porte, com fornecimento de peças e baterias originais ou compatíveis, a fim de garantir a continuidade operacional de equipamentos essenciais, como servidores, estações de trabalho, equipamentos médicos e demais dispositivos sensíveis a interrupções no fornecimento de energia elétrica, nas unidades administrativas e de saúde da SESACRE, em todo o território estadual.

1.2. **Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I deste Edital prevalecerão às últimas.**

1.3. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

**Anexo I:** Termo de Referência

**Anexo II:** Minuta da ata de Registro de Preço

**Anexo III:** Minuta de Contrato

**Anexo IV:** Modelo de Proposta de Preços

## 2. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do **Anexo II** e condições previstas neste Edital.

2.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de (01) um ano contado da data da sua assinatura, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço.

2.2.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista no art. [341 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

## 3. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

3.1. Qualquer pessoa poderá apresentar pedido de esclarecimentos ou impugnação ao edital de licitação, por meio eletrônico, no e-mail: [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), ou excepcionalmente ou por escrito e entregue sob protocolo da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, localizada na Estrada do Aviário, 927 – Bairro Aviário - Rio Branco/Acre - CEP 69900-830, de segunda à sexta feira, no horário de 7h às 14h, **em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.**

3.2. O(A) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela fase preparatória.

3.3. A impugnação não possuirá efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo(a) Pregoeiro(a) nos autos do processo de licitação.

3.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas por meio de notificações no sistema COMPRASGOV <http://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <http://www.licitacao.ac.gov.br>, ficando todos os interessados obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

3.5. Acolhida a impugnação, será republicado o edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para a realização do certame, observando-se a regra do art. 145 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

#### 4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. A participação na licitação importa total, irrestrita e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

4.2. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO os interessados que:

4.2.1. Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

4.2.2. Estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

4.2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.3. **Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação :**

4.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.3.8. tenham agente público integrante do órgão promotor e/ou do órgão solicitante da licitação, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;

4.3.8.1. A vedação de que trata o **item anterior** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.3.9. estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.**

4.3.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

- 4.3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.3.12. Conste a inscrição da empresa no [Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP](#). Sendo a inscrição impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.
- 4.4. O impedimento de que trata o **item 4.3.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 4.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 4.3.2 e 4.3.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 4.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 4.7. O disposto nos itens **4.3.2 e 4.3.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 4.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

## 5. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

- 5.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.
- 5.2. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema eletrônico de compras implicará a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes à licitação.
- 5.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico de compras durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.4. Caberá ao licitante interessado em participar do processo licitatório na forma eletrônica observar o disposto no art. [148 do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

## 6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, **conforme o critério de julgamento adotado neste Edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 6.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 6.4. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que :**
- 6.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, conforme disposto no [art. 63 § 1º da Lei 14.133/2021](#).
- 6.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 6.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 6.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.5. O licitante organizado em cooperativa, **quando permitido a participação**, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

6.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.7. A falsidade da declaração de que trata os **itens 6.4 ou 6.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

6.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima, conforme estabelece o [artigo 19 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#)

6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto, conforme estabelece a [Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022 \(art. 19, § 1º\)](#).

6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 6.11** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. **Valor unitário e total ou percentual de desconto conforme critério estabelecido no preâmbulo deste edital**, e demais informações exigidas no próprio campo do sistema.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações, quando



participarem de licitações públicas.

7.7. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência.

7.8. A existência de elementos na proposta que permitam a identificação do licitante, antes da fase de lances, ensejarão a desclassificação da proposta inicial, conforme estabelece no [art. 151 § 4º do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

## **8. DA SESSÃO PÚBLICA**

8.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

8.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.4. O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando, quando houver, a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5.1. Na inversão de fases prevista no item anterior, serão observadas as seguintes disposições:

- I - apresentação simultânea pelos licitantes dos documentos de habilitação e das propostas, exceto os relativos à regularidade fiscal;
- II - análise dos documentos de habilitação de todos os licitantes;
- III - divulgação do resultado da habilitação;
- IV - disputa entre os licitantes habilitados;
- V - exigência e análise dos documentos relativos à regularidade fiscal apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar;
- VI - divulgação do resultado do julgamento; e
- VII - previsão de duas etapas recursais, observando-se o disposto no [art. 241 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

8.6. Qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

## **9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E NEGOCIAÇÃO**

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

9.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do LOTE

9.6. O prazo mínimo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias corrido** a contar da sessão pública.

9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observando-se, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentua entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir o melhor lance.

9.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme intervalo disposto no preâmbulo do edital.

9.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

- 9.11. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 9.12. Neste Pregão o **modo de disputa adotado é o "aberto"**, assim definido no [art. 155 do Decreto Estadual n.º 11.363, de 22 de novembro de 2023](#).
- 9.13. O envio de lances no pregão eletrônico o modo de **disputa "aberto"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 9.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.13.1.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.13.1.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 9.13.2. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 9.13.2.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances.
- 9.13.2.2. Os lances iguais serão classificados conforme a ordem de apresentação.
- 9.13.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de classificação.
- 9.14. Não serão registrados lances iguais na etapa de disputa aberta e prevalecerá o que for registrado primeiro.
- 9.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.
- 9.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.16.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após comunicação expressa no sistema, sempre que possível, no turno seguinte ou em outra data previamente comunicada aos participantes com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.
- 9.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.18. Após apresentação da proposta e/ou lances não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).
- 9.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática no sistema. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 9.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 9.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 9.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 219 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 nesta ordem:
- 9.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;
- 9.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 9.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

- 9.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 9.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 9.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 9.21.2. empresas brasileiras;
- 9.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 9.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 9.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em sessão pública, para o qual todos os licitantes serão convocados.
- 9.23. O(A) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica no sistema.
- 9.23.1. Eventual exclusão de proposta do licitante na hipótese de que trata o item anterior implicará a retirada do licitante do certame.
- 9.24. Definido o resultado da disputa, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar o preço com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.
- 9.24.1. Ao licitante é assegurado o **prazo mínimo de 5 (cinco) minutos** para manifestação e/ou resposta, sob pena de desclassificação se extrapolar este limite de tempo, quando sua proposta estiver acima do estimado.
- 9.24.1.1. Caso o licitante manifeste o interesse em negociar, o(a) Pregoeiro(a) poderá conceder novo prazo para aceitação da contra proposta.
- 9.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou com o percentual abaixo do definido pela Administração.
- 9.24.3. A negociação será realizada, exclusivamente, por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 9.25. Antes da convocação para apresentar a proposta adequada ao último lance, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.25.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- 9.25.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>); e
- 9.25.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).
- 9.25.3.1. O registro sanção da empresa no SICAF ou CEIS ou CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.
- 9.26. O(A) Pregoeiro(a) solicitará o envio da proposta de preços conforme condições mínimas previstas no **Modelo de Proposta de Preços constante do Anexo IV deste edital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, adequada ao valor final ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, **sob pena de desclassificação**.
- 9.27. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), a critério do(a) Pregoeiro(a).
- 9.28. Para o envio dos documentos, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.
- 9.28.1. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.
- 9.28.2. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), dentro do prazo estabelecido.



9.29. Incumbirá o Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

9.30. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA ACEITABILIDADE**

10.1. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á **conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo deste edital**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital e seus anexos.

10.2. O(A) Pregoeiro(a) realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto especificado e à compatibilidade do preço ou percentual de desconto, conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo, em relação ao estimado pela contratação.

10.3. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**

10.4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

10.4.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

10.5. **Será desclassificada a proposta que:**

10.5.1. Não atender às especificações técnicas previstas neste edital e seus anexos;

10.5.2. Permanecer, após a etapa de negociação, com preço acima do orçamento estimado para a contratação ou com o percentual abaixo ao estimado para a contratação;

10.5.3. Apresentar desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do edital;

10.5.4. Apresentar preço manifestamente inexequível.

10.5.4.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.5.5. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

10.6. Considera-se indícios de inexequibilidade da proposta:

10.6.1. em serviços de engenharia, valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública; e

10.6.2. no caso de fornecimentos e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

10.7. O(A) Pregoeiro(a) por meio de diligência, deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.

10.7.1. A inexequibilidade, só ficará comprovada quando, cumulativamente:

10.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

10.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.8. Em sede de diligência, somente será possível a aceitação de novos documentos quando:

10.8.1. necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;

10.8.2. destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.

10.9. O(A) Pregoeiro(a), por meio de diligência, poderá encaminhar o processo para o órgão ou entidade demandante para que se manifeste a respeito da exequibilidade da proposta.

10.10. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.

10.11. Quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) convocará os demais licitantes, na ordem de classificação, para negociação.

10.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 11. DA HABILITAÇÃO

11.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e qualificação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018.

11.2. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante classificado em primeiro lugar.

11.3. As empresas licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira, Qualificação Técnica:

### 11.3.1. Habilitação Jurídica

a) Contrato social ou instrumento equivalente.

### 11.3.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);

b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei

c) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos Negativa da Dívida Ativa do Estado.

d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

### 11.3.3. Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado**

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações **contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, conforme estabelece o [Art. 69 da Lei 14.133/2021](#).

b.1) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano seguinte. Tal prazo, não se aplica as empresas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.

c) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).

### 11.3.4. Qualificação Técnica

a) **Atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os bens ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.

b) **E demais exigências solicitadas no Termo de Referência - Anexo I, do edital. ITEM 19**

11.4. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf e documentos complementares (quando for o acaso) serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a), **sob pena de inabilitação**.

11.5.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), a critério do(a) Pregoeiro(a).

11.5.2. Para tanto, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.

11.5.3. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.

11.5.4. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), dentro do prazo estabelecido.

11.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

11.7. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo é o seguinte à sua emissão).

11.8. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e das EPPs será exigida nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, ou de outro que vier a substituí-lo.

11.9. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado **prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período**, para a regularização da documentação, sob pena de inabilitação.

11.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

11.10.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou de aceitação ou retirada de instrumento equivalente, os documentos de que trata o item acima serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que vier a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.11. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**

11.12. A documentação de habilitação poderá ser apresentada em versão original ou por cópia simples, por meio do sistema eletrônico.

11.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

11.15. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o(a) Pregoeiro(a) declarará o(s) licitantes(s) habilitado(s) e vencedor(es) do(s) respectivo(s) item(ns) ou lote(s) do certame.

11.16. A indicação do vencedor, e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no Sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

## **12. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO**

12.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o(a) Pregoeiro(a), mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação.

12.1.1. A diligência deverá ser registrada em ata acessível aos licitantes.

12.2. Será vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado; e

III - comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

12.3. Para os fins do disposto no inciso III do item acima, será admitida a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente à condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

12.4. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

12.5. A realização de diligências não conferirá ao licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autorizará o(a) Pregoeiro(a) a fazer exigências novas não previstas no edital.

12.6. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a).

12.6.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), a critério do(a) Pregoeiro(a).

12.7. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema eletrônico, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12.8. Quando todos os licitantes forem desclassificados ou inabilitados, a Administração Pública poderá fixar o prazo de até 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação ou inabilitação.

### 13. DOS RECURSOS

13.1. Do julgamento das propostas e da decisão de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **em campo próprio do sistema eletrônico, no prazo não inferior a 20 (vinte) minutos**, manifestar sua intenção de recorrer, **sob pena de preclusão**.

13.1.1. O prazo para manifestação concedida no subitem anterior será de no mínimo 10 (dez) minutos por fase (proposta e habilitação).

13.2. A apresentação das razões recursais deverá ser feita no prazo de **03 (três) dias úteis contados do dia útil subsequente, inclusive, à data de manifestação da intenção de recorrer**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do dia útil subsequente, inclusive, ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata das razões.

13.3. A apreciação se dará em fase única; e

13.4. Os efeitos do ato ou da decisão recorrida ficarão suspensos até a decisão final da autoridade competente.

13.5. Quando houver a inversão de fases de que trata o art. 141 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, a fase recursal ocorrerá em duas etapas, observando-se as seguintes disposições específicas, sem prejuízo das regras gerais previstas no caput:

13.5.1. intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, conforme o caso; e

13.5.2. a apreciação dar-se-á em duas fases, após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, a partir da declaração do licitante vencedor, conforme o caso.

13.6. O recurso será dirigido ao(a) Pregoeiro(a), que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso, com a sua motivação, à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento do processo.

13.7. A decisão do recurso deverá ser divulgada no sistema eletrônico.

13.8. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

13.9. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

### 14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior do órgão ou entidade demandante, que poderá:

14.1.1. determinar o retorno do processo para saneamento de eventuais irregularidades;

14.1.2. revogar a licitação por motivo superveniente de conveniência e oportunidade;

14.1.3. anular a licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que verificada ilegalidade insanável; e

14.1.4. adjudicar o objeto, no caso de recurso sem o juízo de retratação, e homologar a licitação.

### 15. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DO CADASTRO DE RESERVA

15.1. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

15.1.1. Serão registrados na ata de registro de preços os preços e os quantitativos do adjudicatário, observando-se o disposto no inciso V do caput do art. 319 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

15.1.2. Será incluído na ata de registro de preços, na forma de anexo, o registro:

a) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observando-se a classificação na licitação; e

b) dos licitantes ou fornecedores que mantiverem sua proposta original.

- 15.1.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata de registro de preços.
- 15.2. O registro de que trata o item 15.1.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata de registro de preços.
- 15.3. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea “a” do item 15.1.2, antecederão aqueles de que trata a alínea “b” do referido item.
- 15.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva de que tratam o item 15.1.2 e o item 15.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 15.4.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 15.4.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 331 e art. 332 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.
- 15.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 15.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 15.6.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 15.6.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

#### **16. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES**

- 16.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e da detentora, atendidos os limites do art. 336 e as demais condições previstas no Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

#### **17. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO**

- 17.1. Não se aplica.

#### **18. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS**

- 18.1. Não se aplica.

#### **19. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 19.1. Não será permitido a subcontratação, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

#### **20. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA A ENTREGA DO OBJETO**

- 20.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

#### **21. DAS FORMAS, CONDIÇÕES, PRAZOS DE PAGAMENTO, E CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO DO PREÇO**

- 21.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

#### **22. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

- 22.1. Haverá garantia de execução contratual, conforme disposto no Anexo I deste Edital

#### **23. DO TERMO DE CONTRATO**

- 23.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.



## **24. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

24.1. Será conforme disposto no Anexo I e/ou Anexo III deste Edital.

## **25. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

25.1. Será conforme os termos constantes do Anexo I deste Edital.

## **26. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

26.1. As licitantes estarão sujeitas às sanções administrativas previstas nos [arts. 155 à 163 da Lei n.º 14.133/2021](#), e às demais cominações legais, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

26.2. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas através do endereço eletrônico (e-mail) indicado em sua proposta.

26.3. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

## **27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

27.1. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

27.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

27.3. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo o órgão demandante, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o [art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021](#).

27.4. A autoridade superior do órgão ou entidade demandante poderá revogar o processo licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular o processo licitatório por ilegalidade insanável, por meio de ato escrito e fundamentado, conforme estabelece no [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

27.5. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do processo licitatório, conforme dispõe o [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

27.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo órgão demandante.

27.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

27.8. Todas as referências de tempo estabelecidas no edital, nos avisos e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília - Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo do Estado do Acre e na documentação relativa ao certame.

27.9. Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

27.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

27.11. Será facultado ao(a) Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo.

27.12. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, declarações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

27.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, conforme dispõe o [art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

27.14. Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as disposições previstas no [art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

27.15. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/>, <http://www.licitacao.ac.gov.br>, e ainda no Portal de Licitações do Tribunal de Contas

do Estado do Acre - LICON.

27.16. O resultado desta licitação poderá ser consultado nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/> e/ou <http://www.licitacao.ac.gov.br>.

27.17. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (68) 3215-4600 ou através de e-mail [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com).

27.18. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o do foro da comarca, de Rio Branco - AC.

Elaborado por:

**Renato da Rocha Silva**

Divisão de Conformidade e Elaboração de Editais- DIVCON



Documento assinado eletronicamente por **RENATO DA ROCHA SILVA, Cargo Comissionado**, em 30/01/2026, às 08:58, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0019202701** e o código CRC **B071AF6E**.

## ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA

### TERMO DE REFERÊNCIA Nº 549/2025/SESACRE-DIVCLIC

Processo nº 0019.012695.00009/2025-41

#### 1. INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS SOBRE A DESPESA

- 1.1. Órgão Solicitante: Secretaria de Estado de Saúde - SESACRE
- 1.2. Número da Unidade Orçamentária: 721.607
- 1.3. Programa de Trabalho: 22070000 (Garantia de atendimento das unidades de alta e média complexidade), 11770000 (Fortalecimento da Vigilância epidemiológica e ambiental), 11780000 (Fortalecimento da Vigilância sanitária), 11790000 (Fortalecimento das políticas de vigilância em saúde do trabalhador) e 22060000 (Manutenção das Atividades administrativas e operacionais- Sesacre).
- 1.4. Elemento de despesa: 33.90.39 , 33.90.40 e 33.90.30.
- 1.5. Fontes de Recursos: 1.600.0400 e 1.500.1002.

#### 2. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

- 2.1. Modalidade: Pregão;
- 2.2. Forma: Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preço;
- 2.3. Critério de Julgamento: Menor preço por lote.
- 2.4. Modo de Disputa: Aberto
- 2.5. Orçamento: Sigiloso

#### 3. DESCRIÇÃO DE CATEGORIA DE INVESTIMENTO

- ☐ Capacitação
- ☐ Material de Apoio Pedagógico
- ☐ Equipamento de TI
- ☐ Consultoria/Auditoria/Assessoria
- ☐ Despesa de Custeio
- ☒ Bens de Consumo
- ☐ Material Permanente

#### 4. DO OBJETO

4.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de nobreaks de pequeno, médio e grande porte, com fornecimento de peças e baterias originais ou compatíveis, a fim de garantir a continuidade operacional de equipamentos essenciais, como servidores, estações de trabalho, equipamentos médicos e demais dispositivos sensíveis a interrupções no fornecimento de energia elétrica, nas unidades administrativas e de saúde da SESACRE, em todo o território estadual.

#### 5. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

5.1. *A presente licitação será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sob a modalidade Pregão, na forma Eletrônica, adotando-se o Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos dos artigos 82 a 86 do referido diploma legal, bem como pelo Decreto Estadual .nº 11.363/2023*

#### 6. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

6.1. Com base no **levantamento técnico** realizado pelo Departamento de Tecnologia da Informação da Secretaria de Estado de Saúde do Acre (SESACRE), identificou-se a necessidade de contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva de equipamentos nobreaks, incluindo o **fornecimento de peças e baterias**, com o objetivo de preservar a funcionalidade dos sistemas críticos da rede estadual de saúde;

6.2. Os nobreaks integram a infraestrutura essencial à continuidade dos serviços hospitalares e administrativos, sendo responsáveis por evitar a interrupção de equipamentos sensíveis durante oscilações ou quedas de energia. Conforme registrado no **Estudo Técnico Preliminar**, há falhas recorrentes e desgaste acentuado em diversos equipamentos, resultantes da **falta de manutenção periódica e da expiração das garantias** dos fabricantes;

6.3. A demanda reveste-se de **caráter estratégico**, uma vez que a falha desses equipamentos compromete a operação

de sistemas como o G-Hosp, a integridade de dados clínicos, a conectividade entre unidades e o funcionamento de dispositivos médicos essenciais;

6.4. A situação é agravada pela **dispersão geográfica das unidades da SESACRE**, com atendimento necessário em regiões de difícil acesso, como Jordão, Porto Walter, Santa Rosa, Marechal Thaumaturgo e Santa Luzia, exigindo **pronta resposta e capacidade técnica local**;

6.5. A contratação se alinha ao princípio da **vantajosidade e continuidade do serviço público**, conforme previsto no **art. 18, §1º, inciso I e V, da Lei nº 14.133/2021**, além de atender às diretrizes estratégicas da SESACRE, voltadas à organização e reestruturação dos serviços administrativos com foco na **qualidade do atendimento à saúde da população**;

6.6. O escopo contempla ações preventivas e corretivas, como substituição de baterias, testes de carga, inspeções técnicas periódicas e emissão de laudos, de forma a **mitigar riscos de falhas**, prolongar a vida útil dos equipamentos e assegurar o funcionamento contínuo dos serviços.

## **7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

7.1. A presente contratação tem como objeto o **registro de preços para futura e eventual contratação de serviços de manutenção corretiva de nobreaks**, com fornecimento de mão de obra técnica, deslocamentos e peças, sob demanda, conforme necessidades específicas das diversas unidades da Secretaria de Estado de Saúde do Acre – SESACRE, espalhadas por todas as regionais do Estado;

7.2. A **utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP)** justifica-se pela natureza **variável, imprevisível e descentralizada** da demanda, uma vez que a necessidade por manutenção corretiva desses equipamentos depende de falhas pontuais, desgaste de componentes e eventos externos (ex.: oscilação de energia, sinistros), que não podem ser plenamente quantificados ou planejados com antecedência;

7.3. O modelo sob demanda possibilita **agilidade e eficiência no atendimento**, permitindo que os serviços sejam executados **conforme necessidade específica e disponibilidade orçamentária**, ao longo do período de vigência da ata (até 12 meses), sem necessidade de nova licitação a cada demanda;

7.4. **Quanto ao parcelamento da contratação**, sua **não adoção se justifica tecnicamente e economicamente**, conforme exposto no Estudo Técnico Preliminar (ETP), pelas seguintes razões:

7.4.1. Trata-se de um **objeto único, ainda que com diferentes faixas de potência**, cuja natureza técnica é comum, com similaridade de processos de manutenção, equipamentos de diagnóstico e mão de obra especializada;

7.4.2. O fracionamento comprometeria a **padronização dos serviços e qualidade técnica**, pois cada lote poderia ser atendido por fornecedores distintos, dificultando a gestão, fiscalização e rastreabilidade dos serviços executados;

7.4.3. A contratação de forma global permite **obter economia de escala**, especialmente nos deslocamentos técnicos e aquisição de peças, o que repercute diretamente na **redução dos custos unitários**;

7.4.4. O controle de qualidade e **uniformidade dos serviços prestados** é essencial para garantir a segurança e continuidade operacional de equipamentos nobreaks que sustentam sistemas críticos, como centrais de TI, equipamentos médicos e sistemas administrativos;

7.4.5. A concentração do objeto em um único lote, com **classificação técnica bem definida por subgrupos**, atende ao **princípio da economicidade**, facilita o gerenciamento contratual e assegura **tratamento isonômico** aos potenciais licitantes;

7.5. Dessa forma, a **não adoção do parcelamento** é medida **justificada, proporcional e fundamentada**, conforme dispõe o § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, e visa assegurar a contratação mais vantajosa para a Administração, sem restringir a competitividade do certame.

## **8. DO ORÇAMENTO SIGILOSO**

8.1. Nos termos do **art. 24 da Lei nº 14.133/2021**, o orçamento estimado para a contratação tem caráter **sigiloso**, a fim de resguardar a **competitividade e isonomia** entre os licitantes. O sigilo não impede a divulgação dos quantitativos e demais dados necessários à formulação das propostas;

8.2. Essa medida assegura que os licitantes apresentem seus preços com base em estimativas próprias, estimulando **propostas mais realistas e economicamente vantajosas**, conforme preconizado pelos princípios da **eficiência e economicidade**;

8.3. O valor total estimado e os valores unitários permanecerão ocultos até o encerramento da fase de apresentação de propostas, conforme determina o artigo 24 supracitado.

## **9. DA CONTRATAÇÃO POR LOTE**

9.1. Considerando a **logística diferenciada** exigida para o atendimento às diversas **regiões do estado**, especialmente àquelas com difícil acesso na regional do **Juruá**, justifica-se a **contratação por lote**, com divisão territorial fundamentada em critérios operacionais e geográficos;

9.2. Essa divisão permite a **formação de preços mais compatíveis com a realidade local**, assegura maior **efetividade na entrega e prestação dos serviços**, reduz **custos com deslocamento** e favorece a **participação de empresas locais ou regionais**, em consonância com os objetivos da **Lei nº 14.133/2021** e com o princípio do desenvolvimento nacional sustentável.

## 10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A presente contratação está devidamente alinhada com o planejamento estratégico do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação da Secretaria de Estado de Saúde do Acre – SESACRE, conforme registrado no **Plano Anual de Contratações – PCA 2025**, consolidado no Sistema SEI sob responsabilidade do DTIC/SESACRE.

10.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das dotações orçamentárias da Secretaria de Estado de Saúde – SESACRE, conforme a seguir especificado:

### 10.2.1. Programas de Trabalho:

10.2.1.1. 22070000 – Garantia de atendimento das unidades de alta e média complexidade

10.2.1.2. 11770000 – Fortalecimento da Vigilância Epidemiológica e Ambiental

10.2.1.3. 11780000 – Fortalecimento da Vigilância Sanitária

10.2.1.4. 11790000 – Fortalecimento das Políticas de Vigilância em Saúde do Trabalhador

10.2.1.5. 22060000 – Manutenção das Atividades Administrativas e Operacionais – SESACRE

### 10.2.2. Elementos de Despesa:

10.2.2.1. 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

10.2.2.2. 33.90.40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica

10.2.2.3. 33.90.30 – Material de consumo – Pessoa Jurídica

### 10.2.3. Fontes de Recursos:

10.2.3.1. 1.600.0400

10.2.3.2. 1.500.1002

10.3. Esta contratação visa atender à **necessidade recorrente de manutenção corretiva, sob demanda**, de equipamentos nobreaks distribuídos nas unidades administrativas e operacionais da SESACRE, conforme detalhado no ETP e justificado no DOD, com ênfase na continuidade dos serviços de saúde e da infraestrutura crítica de tecnologia da informação.

10.4. Adicionalmente, a contratação encontra respaldo no **Plano Estadual de Saúde 2024–2027**, em especial nas diretrizes de fortalecimento da infraestrutura tecnológica da rede estadual de saúde, estando diretamente relacionada ao **Eixo Estratégico: Governança e Gestão da Saúde**, em sua meta de **garantir suporte e infraestrutura tecnológica adequada** para o funcionamento pleno das unidades e sistemas da Secretaria de Estado de Saúde do Acre.

10.5. A compatibilidade orçamentária e a inserção da presente contratação no planejamento anual e plurianual asseguram o atendimento ao princípio do planejamento previsto na **Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos)**, bem como às boas práticas de gestão pública.

## 11. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (REFERENCIAL)

11.1. Para os serviços discriminados neste termo, tem como referência o preço médio de mercado, conforme tabela abaixo:

Lote I						
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Mínima p/ Contratação	Quantidade para Registro	Valor Unit.	Valor Total



1	<p><b>Mão de Obra Técnica (Nobreaks até 1500VA)</b></p> <p>Serviço de manutenção preventiva e corretiva em nobreaks com capacidade de até 1500VA, abrangendo mão de obra técnica especializada para execução de reparos na placa principal, com possibilidade de substituição de componentes como reguladores de tensão, diodos, relés, resistores, capacitores, transistores, circuitos integrados e placas eletrônicas, conforme diagnóstico técnico.</p>	Quantidade	200	500		
---	---	------------	-----	-----	--	--

2	<p><b>Mão de Obra Técnica (Nobreaks acima de 1500VA e abaixo de 10kVA)</b></p> <p>Serviço de manutenção preventiva e corretiva em nobreaks com capacidade superior a 1500VA e inferior a 10kVA, incluindo mão de obra técnica especializada para reparos na placa principal e substituição de componentes eletrônicos diversos, tais como reguladores de tensão, diodos, relés, resistores, capacitores, transistores, circuitos integrados e placas eletrônicas.</p>	Quantidade	20	50		
---	---	------------	----	----	--	--

3	<p><b>Mão de Obra Técnica (Nobreaks acima de 10kVA)</b></p> <p>Serviço de manutenção preventiva e corretiva em nobreaks com capacidade igual ou superior a 10kVA, englobando mão de obra técnica especializada para execução de serviços na placa principal e substituição de componentes como reguladores de tensão, diodos, relés, resistores, capacitores, transistores, circuitos integrados e placas eletrônicas.</p>	Quantidade	5	10		
---	--	------------	---	----	--	--

4	<b>Deslocamento Técnico (Região de Fácil Acesso)</b> Custeio de despesas com deslocamento de técnico(s) até o local onde se encontra o equipamento, quando este não puder ser encaminhado à sede da empresa contratada. Aplica-se a unidades localizadas em regiões de fácil acesso por meio terrestre.	Quantidade	54	100		
5	<b>Deslocamento Técnico (Região de Difícil Acesso)</b> Custeio de despesas com deslocamento de técnico(s) até o local onde se encontra o equipamento, quando este não puder ser encaminhado à sede da empresa contratada. Aplica-se a unidades localizadas em regiões de difícil acesso (Zona Rural), inclusive aquelas que não contam com acesso terrestre.	Quantidade	8	20		

Item	Fornecimento de Peças	Unidade	Percentual de Desconto	Valor Total
6	<b>Fornecimento de Peças, Acessórios e Consumíveis</b> Valor destinado exclusivamente à aquisição de peças, acessórios e consumíveis necessários à realização dos serviços de manutenção corretiva. O percentual de desconto mínimo exigido é de 15%, considerando-se como base os valores médios praticados no mercado. A administração se reserva o direito de exigir orçamentos e comparativos com bancos de preços públicos ou privados. Todas as aquisições deverão ser previamente autorizadas pelo gestor do contrato preços e repositórios de valores de aceitação nacional quaisquer aquisições de peças deverão ser previamente autorizadas pelo gestor do contrato. Manutenção corretiva.	1 UND	15%	R\$ 400.000,00
<b>Valor total do Lote I =</b>				

11.2. O detalhamento da pesquisa de preços no mercado local, encontra-se no Mapa de Preços de SEI N.º 0016713610, que faz parte do processo de aquisição.

## 12. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

12.1. A proposta de preços deverá observar, no mínimo, os seguintes requisitos:

12.1.1. Identificação completa da proponente, incluindo razão social, número de inscrição no CNPJ, endereço físico, telefone e endereço eletrônico (e-mail, se houver), bem como nome completo, CPF, RG e cargo/função do representante legal;

12.1.2. Indicação dos dados bancários para fins de pagamento: banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento;

12.1.3. Prazo de validade da proposta não inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data de sua apresentação;

12.1.4. Os preços deverão ser apresentados **em moeda corrente nacional (R\$)**, englobando todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, bem como quaisquer despesas diretas ou indiretas relacionadas à execução do objeto;

12.1.5. A proposta deverá ser formulada com base nas especificações e condições constantes deste **Termo de Referência**, sendo de exclusiva responsabilidade da proponente a exatidão dos valores ofertados;

12.1.6. Os preços unitários deverão ser apresentados com **até duas casas decimais**, de modo a evitar inconsistências no



empenho e na emissão de documentos fiscais;

12.1.7. A proposta poderá conter, a critério da proponente, outras informações adicionais que julgar pertinentes, desde que não contrariem as disposições deste instrumento.

### 13. PRAZOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. O licitante vencedor será convocado para assinar a **Ata de Registro de Preços** no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados da convocação formal, nos termos do edital da licitação, podendo esse prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação justificada e aceita pela Administração.

13.2. O não atendimento à convocação no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração, implicará **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo da aplicação das **sanções cabíveis**, conforme previsto nos arts. 156 e 157 da **Lei nº 14.133/2021** e no **art. 249, §4º, do Decreto Estadual nº 11.363/2023**.

13.3. A **vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses**, contados da sua assinatura, **vedada a prorrogação**, nos termos do § 3º do **art. 82 da Lei nº 14.133/2021**, salvo nos casos expressamente autorizados pela legislação.

13.4. A contratação decorrente do registro de preços dependerá de **formalização por meio de instrumento contratual específico**, e a **eficácia legal de cada contrato estará condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado do Acre**, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

### 14. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

14.1. Para fins de habilitação econômico-financeira, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

14.1.1. **Certidão negativa de falência ou recuperação judicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com validade na data da abertura da sessão pública, nos termos do **art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**.

14.1.2. **Balanco patrimonial e demais demonstrações contábeis** do último exercício social já exigível e apresentado na forma da lei, inclusive o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, registradas no sistema público de escrituração digital – **SPED**, ou, alternativamente, publicadas na imprensa oficial, conforme o caso, que comprovem:

14.1.3. As demonstrações deverão estar acompanhadas de:

14.1.3.1. **Liquidez Geral (LG) > 1**

14.1.3.2. **Liquidez Corrente (LC) > 1**

14.1.3.3. **Solvência Geral (SG) > 1**

14.1.3.4. Termo de abertura e encerramento do livro contábil, se impresso;

14.1.3.5. Assinatura de profissional de contabilidade legalmente habilitado, com identificação do número de registro no CRC.

14.1.4. As empresas constituídas há **menos de dois anos** deverão apresentar os documentos contábeis correspondentes ao período de existência e, se for o caso, poderão apresentar **Balanco de Abertura**, nos termos do **artigo 69, § 4º, da Lei nº 14.133/2021**

14.1.5. Caso a empresa apresente **índice igual ou inferior a 1 (um)** em qualquer dos três indicadores econômicos (LG, LC, SG), deverá prestar **garantia adicional correspondente a 5% (cinco por cento)** do valor estimado da contratação, conforme disposto no **art. 69, §1º, da Lei nº 14.133/2021**.

14.1.6. **Capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo** equivalente a **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação, conforme permitido pelo **art. 69, §4º, da Lei nº 14.133/2021** e **art. 94, inciso XVI, do Decreto Estadual nº 11.363/2023**.

14.1.7. **Declaração assinada por profissional legalmente habilitado da área contábil**, com identificação do CRC, atestando o atendimento aos índices financeiros exigidos.

### 15. DO IMPEDIMENTOS DE PARTICIPAR DA LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO

15.1. Estarão impedidas de participar deste procedimento de licitação/contratação as empresas ou pessoas físicas que:

15.1.1. Estejam em processo de **falência, dissolução, liquidação** ou em **recuperação judicial ou extrajudicial**, salvo se regularmente habilitadas e com **plano de recuperação homologado judicialmente**, nos termos do art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021;

15.1.2. Estejam com o **direito de licitar ou contratar suspenso** com a Administração Pública do Estado do Acre, conforme previsto no art. 155 da Lei nº 14.133/2021;

15.1.3. Tenham sido **declaradas inidôneas** por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, em qualquer esfera federativa, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até sua reabilitação, nos termos do art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;

15.1.4. Possuam, em seu quadro societário, de direção ou técnico, **agente público** pertencente ao órgão promotor ou solicitante da contratação, ainda que indiretamente, vedada a **participação de servidores públicos em conflito de interesses**, conforme disposto na Lei de Conflito de Interesses (Lei nº 12.813/2013);

15.1.5. Não possuam **objeto social compatível** com o objeto desta contratação, conforme previsto no contrato social,

estatuto ou documento equivalente;

15.1.6. Sejam **vinculadas direta ou indiretamente ao Estado do Acre**, a fim de evitar conflito de interesses e assegurar a isonomia no processo;

15.1.7. Estejam **constituídas sob a forma de consórcio ou cooperativa de prestação de serviços**, em razão da natureza do objeto exigir vínculo direto de responsabilidade técnica e trabalhista. Tal vedação encontra respaldo na **Súmula TCU nº 281**, segundo a qual:

“É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.”

15.1.8. Ademais, conforme jurisprudência administrativa e entendimento consolidado, **não se justifica a formação de consórcios** em contratações de serviços padronizados ou de baixa complexidade técnica, pois tal medida pode comprometer a economicidade e restringir a competitividade entre empresas de porte individual;

15.1.9. Estejam **listadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)**, mantido pela Controladoria-Geral da União (CGU), disponível em: [www.portaltransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis)

## **16. DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

16.1. Poderão utilizar-se da presente Ata de Registro de Preços, na condição de **órgãos ou entidades não participantes**, quaisquer entes da Administração Pública direta ou indireta, **estaduais ou municipais**, desde que observadas as seguintes condições:

16.1.1. **A Ata esteja vigente;**

16.1.2. **Haja fornecedor registrado** e em situação regular com a Administração;

16.1.3. **Seja comprovada a vantagem da adesão**, mediante pesquisa de mercado que demonstre a compatibilidade dos preços registrados com os praticados no mercado no momento da adesão;

16.1.4. O órgão ou entidade não participante deverá **manifestar formalmente seu interesse** junto ao **órgão gerenciador da ata**, que, por sua vez, deverá:

16.1.4.1. Autorizar a adesão;

16.1.4.2. Indicar o(s) fornecedor(es) registrado(s);

16.1.4.3. Informar os respectivos preços e condições praticadas, observada a **ordem de classificação**.

16.1.5. As contratações por órgãos ou entidades não participantes estarão limitadas aos seguintes quantitativos, conforme disposto no **art. 86, §2º da Lei nº 14.133/2021** e no **art. 250, inciso I, do Decreto Estadual nº 11.363/2023** :

16.1.5.1. **Até 50% (cinquenta por cento)** do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e os órgãos participantes, por **cada órgão ou entidade não participante**;

16.1.5.2. A **soma total das adesões** à ata **não poderá exceder o dobro** do quantitativo registrado para o órgão gerenciador e os órgãos participantes, **independentemente do número de adesões**.

16.1.6. A adesão à Ata de Registro de Preços **não poderá comprometer a execução contratual do órgão gerenciador ou dos órgãos participantes**, devendo ser respeitada a capacidade operacional do fornecedor, inclusive quanto à logística de atendimento, prazos e abrangência geográfica.

16.1.7. A utilização da ata por órgãos ou entidades não participantes deverá ser formalizada mediante **instrumento contratual próprio**, a ser celebrado diretamente entre o fornecedor e o ente aderente, sem necessidade de anuência do órgão gerenciador quanto à contratação em si.

## **17. DESCRIÇÃO DETALHADA DA SOLUÇÃO**

17.1. A presente contratação visa o **registro de preços para prestação de serviços sob demanda**, voltados à **manutenção corretiva de equipamentos nobreaks**, incluindo mão de obra técnica, deslocamentos e fornecimento de peças e componentes, conforme a seguir detalhado.

17.2. A execução dos serviços ocorrerá por meio de **ordem de serviço (OS)** emitida pela Secretaria de Estado de Saúde do Acre – SESACRE, de acordo com a **necessidade específica de cada unidade de saúde ou administrativa**, conforme demanda, priorizando a **continuidade dos serviços essenciais** e a **infraestrutura de TI e equipamentos médicos**.

17.3. Os serviços contratados estão divididos conforme os tipos de nobreak, complexidade dos equipamentos e logística de atendimento, com previsão das seguintes **quantidades estimadas para fins de registro de preços**, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

17.4. Os serviços compreenderão:

17.4.1. Diagnóstico técnico;

17.4.2. Substituição de peças e componentes defeituosos ou desgastados;

- 17.4.3. Correções elétricas ou eletrônicas nos sistemas internos dos nobreaks;
- 17.4.4. Testes de funcionalidade e emissão de relatório técnico com parecer conclusivo.
- 17.5. Os atendimentos ocorrerão **após solicitação formal da Contratante**, por meio de emissão de OS, contendo a descrição do problema identificado, local de atendimento e prazos para execução.
- 17.6. A Contratada deverá possuir estrutura organizacional e técnica adequada, com capacidade de deslocamento para atender às unidades localizadas na capital e no interior, nos seguintes prazos máximos após o recebimento da OS:
- 17.6.1. **Capital (Rio Branco):** até 24 horas úteis;
- 17.6.2. **Interior de fácil acesso:** até 48 horas úteis;
- 17.6.3. **Interior de difícil acesso (ex: Jordão, Santa Rosa do Purus):** até 96 horas úteis, observado o meio de transporte disponível.
- 17.7. A execução dos serviços deverá seguir os manuais dos fabricantes e as normas técnicas pertinentes, sendo obrigatório à contratada fornecer:
- 17.7.1. Relatório técnico individualizado por equipamento atendido;
- 17.7.2. Registro fotográfico do antes e depois da intervenção;
- 17.7.3. Indicação de peças substituídas, com identificação da peça antiga (sucata) a ser devolvida ou descartada conforme normas ambientais.
- 17.8. O valor registrado por item deverá incluir **mão de obra técnica qualificada, peças, deslocamentos, encargos e tributos**. Não será admitida cobrança adicional por quaisquer insumos relacionados à execução dos serviços.
- 17.9. Esta contratação **não contempla manutenção preventiva rotineira**, nem serviços de natureza contínua. Trata-se de **serviço eventual sob demanda**, conforme justificativas técnicas e administrativas constantes no Estudo Técnico Preliminar e no Documento de Oficialização da Demanda.
- 17.10. **Itens e escopo dos serviços**
- 17.10.1. Os **itens 1 a 3** referem-se à **prestação de serviços de manutenção corretiva de nobreaks**, variando conforme a capacidade do equipamento (pequeno, médio ou grande porte). Os serviços poderão envolver:
- 17.10.1.1. Diagnóstico técnico com testes em bancada;
- 17.10.1.2. Desmontagem parcial do equipamento;
- 17.10.1.3. Substituição de módulos de potência, ventiladores, relés, placas de controle e baterias;
- 17.10.1.4. Correções elétricas e eletrônicas;
- 17.10.1.5. Emissão de laudo técnico detalhado com registro fotográfico.
- 17.10.1.6. A execução exige **mão de obra técnica especializada** e utilização de **ferramentas específicas**, conforme as normas dos fabricantes e padrões de segurança elétrica.
- 17.10.2. Os **itens 4 e 5** correspondem aos **custos com deslocamento do profissional técnico** até as unidades demandantes situadas **fora da capital**, incluindo transporte, alimentação e, quando necessário, hospedagem, especialmente nos casos em que o equipamento não possa ser removido para manutenção em bancada.
- 17.10.2.1. **Não será devido pagamento de deslocamento para atendimentos realizados na capital (Rio Branco).**
- 17.10.3. O **item 6** compreende o fornecimento de **peças, módulos e componentes necessários aos reparos**, incluindo:
- 17.10.3.1. Baterias, placas eletrônicas, fusíveis, ventiladores, conectores, relés, entre outros;
- 17.10.3.2. Frete, impostos e encargos aplicáveis.
- 17.10.3.3. As peças fornecidas deverão ser **novas, originais ou compatíveis com qualidade equivalente**, conforme especificações do fabricante e garantias previstas neste Termo de Referência.
- 17.11. **Da garantia**
- 17.11.1. Os serviços de manutenção corretiva devem ter garantia de, no mínimo 90 (noventa) dias;
- 17.11.2. As baterias utilizadas nos serviços do item 6 deverão ser de primeiro uso e com garantia de fábrica de no mínimo 12 (doze) meses.

## 18. DA EXECUÇÃO SOB DEMANDA

- 18.1. A presente contratação será executada sob demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço (OS) pela Secretaria de Estado de Saúde do Acre – SESACRE, conforme a necessidade identificada nas unidades administrativas ou de saúde.
- 18.2. Cada Ordem de Serviço deverá conter, no mínimo:
- 18.2.1. Identificação da unidade solicitante;

- 18.2.2. Descrição detalhada do problema identificado ou do serviço a ser executado;
- 18.2.3. Local exato de atendimento;
- 18.2.4. Prazo máximo para início e conclusão dos serviços;
- 18.2.5. Número estimado de equipamentos afetados (quando aplicável).
- 18.3. A contratada somente iniciará os serviços após o recebimento formal da OS, sendo vedada a execução sem autorização expressa.
- 18.4. Os prazos máximos de atendimento após o recebimento da OS serão os seguintes:
- 18.4.1. Capital (Rio Branco): até 24 (vinte e quatro) horas úteis;
- 18.4.2. Interior com acesso terrestre: até 48 (quarenta e oito) horas úteis;
- 18.4.3. Interior de difícil acesso (ex.: Jordão, Santa Rosa do Purus): até 96 (noventa e seis) horas úteis, observadas as condições logísticas locais.
- 18.5. A execução dos serviços deverá seguir os padrões técnicos e operacionais estabelecidos neste Termo de Referência, com apresentação de relatórios técnicos e demais documentos comprobatórios após a conclusão da OS.
- 18.6. A não observância dos prazos ou a recusa injustificada no atendimento de OS poderá ensejar a aplicação de penalidades previstas contratualmente.

## 19. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 19.1. Será exigida a apresentação de:
- 19.1.1. Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) experiência prévia da empresa na execução de objeto semelhante ao ora contratado;
- 19.1.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter os dados de contato da entidade emitente, para eventual verificação pela Administração;
- 19.1.3. Alvará de funcionamento emitido por autoridade municipal ou estadual competente, em conformidade com a legislação vigente.

## 20. DA ASSINATURA DO CONTRATO

- 20.1. A assinatura do contrato decorrente da presente Ata de Registro de Preços ocorrerá **conforme a necessidade da Administração**, observada a **disponibilidade orçamentária e financeira**, e desde que o processo licitatório tenha sido **devidamente adjudicado e homologado**, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**.
- 20.2. Nos moldes do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, a assinatura do contrato não é imediata à homologação da licitação, mas ocorrerá **por meio de contratação específica**, quando houver:
- 20.2.1. Requisição formal de fornecimento ou prestação de serviço;
- 20.2.2. Aprovação da dotação orçamentária para cobertura da despesa;
- 20.2.3. Convocação oficial do fornecedor registrado.
- 20.3. O fornecedor registrado estará **obrigado a celebrar o contrato**, nas condições estabelecidas na Ata, quando convocado dentro do prazo de validade da ata, salvo nos casos de força maior ou motivo devidamente justificado e aceito pela Administração.
- 20.4. A **formalização contratual será feita por instrumento específico**, com a indicação dos quantitativos a serem adquiridos ou dos serviços a serem prestados, bem como os prazos e condições ajustados, respeitados os termos registrados.

## 21. DO PREPOSTO

- 21.1. A contratada deverá indicar formalmente **preposto**, antes do início da execução contratual, conferindo-lhe poderes para representar a empresa perante a contratante;
- 21.2. A contratante poderá recusar a designação ou manutenção do preposto, desde que justificadamente, devendo a contratada apresentar nova indicação.

## 22. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES À SOLUÇÃO ESCOLHIDA

- 22.1. Após análise técnica, **não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes** ao objeto pretendido que exijam execução conjunta ou simultânea para satisfação da necessidade da Administração.

## 23. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 23.1. É **vedada a subcontratação** do objeto, total ou parcialmente, nos termos do art. 72 da Lei nº 14.133/2021, salvo se previamente autorizada de forma expressa pela Administração, o que **não se aplica ao presente caso**.

## 24. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 24.1. O contrato emergencial terá vigência **máxima de 24 (vinte e quatro) meses**, contados a partir de sua assinatura, vedada a prorrogação, conforme previsão legal.

24.2. O contrato poderá ser rescindido antes do prazo final caso a situação de emergência esteja superada.

## 25. DA EFICÁCIA DO CONTRATO

25.1. A eficácia do contrato estará condicionada:

25.1.1. À publicação do extrato contratual no **Diário Oficial do Estado do Acre**;

25.1.2. À divulgação do contrato no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da assinatura, nos termos do **art. 94, §3º, da Lei nº 14.133/2021**.

## 26. DA GARANTIA CONTRATUAL

26.1. A contratada deverá apresentar garantia no valor de **5% (cinco por cento)** do valor global do contrato, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

26.1.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

26.1.2. Seguro garantia;

26.1.3. Fiança bancária;

26.1.4. Título de capitalização com pagamento único e resgate total.

26.2. A garantia deverá ser apresentada **em até 30 (trinta) dias após a homologação**, e antes da assinatura do contrato. Havendo **alteração do valor contratual**, a garantia deverá ser **reajustada**. Caso utilizada parcialmente, a contratada deverá **repor o valor** no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da notificação.

## 27. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

27.1. Poderão ocorrer **acréscimos ou supressões de até 25%** sobre o valor inicialmente contratado, nos termos do **art. 125 da Lei nº 14.133/2021**, mediante formalização por **termo aditivo**.

## 28. DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

28.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE à CONTRATADA no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de apresentação do documento fiscal, devidamente atestado por servidor responsável, observado o disposto neste Termo de Referência.

28.2. Será imprescindível à CONTRATADA possuir Cadastro de Credor ativo junto ao Sistema da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ/AC. O cadastramento deverá ser realizado conforme instruções constantes no endereço eletrônico: <http://sefaz.acre.gov.br> mediante a apresentação da documentação obrigatória, incluindo comprovante bancário da conta indicada para recebimento.

28.3. A emissão da ordem bancária dependerá da regularidade da empresa contratada junto ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNJ), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), entre outras exigências legais.

28.4. O documento fiscal deverá ser emitido em nome da: **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - CNPJ nº 04.034.526/0001-43**;

28.5. Na hipótese de rejeição do documento fiscal por incorreções, este será devolvido à empresa contratada para devida correção, não sendo considerado para fins de contagem de prazo de pagamento até sua reapresentação regular.

28.6. Em caso de atraso injustificado no pagamento, será devida compensação financeira à contratada, calculada com base na seguinte fórmula:

**EM = (NxVPxI)/365, onde:**

**EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;**

**N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;**

**VP = Valor da parcela em atraso; e**

**I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.**

28.7. Os documentos de cobrança deverão ser entregues na sede da CONTRATANTE, situada na Rua Benjamin Constant, nº 830, Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-062, no horário das 07h00 às 14h00, ou encaminhados por e-mail, a ser informado no momento da assinatura do contrato.

28.8. É vedado o pagamento por meio de boleto bancário ou outra forma não prevista no contrato.

28.9. A CONTRATANTE realizará as retenções tributárias devidas, salvo comprovação legal da CONTRATADA quanto à sua não incidência. Empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar declaração que comprove tal condição para fins de isenção da retenção na fonte.

## 29. DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS

29.1. **Durante a vigência do Contrato, os preços serão fixos e irrealizáveis, exceto nas hipóteses,**



**devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista no art. 124 da Lei n.º 14.133/2021 ou de redução dos preços praticados no mercado.**

29.2. **A Contratante realizará ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela Contratada.**

29.3. **Enquanto eventuais solicitações de revisão ou reajuste de preços estiverem sendo analisadas, a Contratada não poderá suspender o fornecimento dos serviços ou materiais, sendo os pagamentos realizados com base nos preços vigentes.**

29.4. **A eventual autorização para revisão dos preços contratuais será concedida após análise técnica e jurídica da Contratante e contemplará os serviços/materiais a partir da data do protocolo do pedido.**

#### **29.5. REVISÃO**

29.5.1. Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser promovida a revisão dos preços, desde que estejam devidamente comprovados fatos supervenientes imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d” da Lei nº 14.133/2021.

29.5.2. A revisão será devida a partir da data do evento gerador, mediante comprovação documental pela Contratada e após análise técnica e jurídica da Administração.

29.5.3. Mudanças tributárias ou legais que afetem diretamente os custos contratuais também ensejarão a revisão, para mais ou para menos.

#### **29.6. REAJUSTE**

29.6.1. Os preços contratados poderão ser reajustados, mediante solicitação da Contratada, após um ano da data do orçamento referencial, utilizando-se o IPCA ou outro índice setorial, desde que mais vantajosa à Administração.

29.6.2. A variação contratual em razão do reajuste não caracteriza alteração contratual e poderá ser registrada por apostila, dispensando-se termo aditivo.

### **30. DA FISCALIZAÇÃO**

30.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, a SESACRE designará servidores para fiscalizar o contrato por meio de portaria publicada no DOE.

30.2. Os fiscais responderão pelas atribuições que lhes forem confiadas, sendo responsáveis pela conferência, fiscalização e validação da despesa, podendo incorrer em penalidades legais em caso de omissão ou irregularidade.

### **31. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

31.1. A execução contratual será regida pelas cláusulas avençadas, com responsabilidade das partes em caso de inexecução parcial ou total.

31.2. Havendo suspensão do contrato, o cronograma será automaticamente prorrogado pelo tempo correspondente, com registro por apostila.

31.3. As comunicações formais poderão ser feitas por meio eletrônico, devendo o preposto ser convocado sempre que necessário.

31.4. Reuniões iniciais poderão ser realizadas para apresentação do plano de fiscalização, contemplando obrigações contratuais, métricas de avaliação, estratégias de execução e sanções aplicáveis.

### **32. DO GESTOR DO CONTRATO**

32.1. São atribuições do Gestor, entre outras:

32.1.1. Gerenciar o processo de contratação;

32.1.2. Acompanhar a vigência e execução do contrato;

32.1.3. Interagir com o fiscal e preposto;

32.1.4. Analisar glosas e relatórios de fiscalização;

32.1.5. Alimentar sistemas de informação da Administração;

32.1.6. Tomar providências diante de irregularidades;

32.1.7. Participar de reuniões e processos de negociação ou aditamento.

### **33. DO FISCAL DO CONTRATO**

33.1. Cabe ao Fiscal:

33.1.1. Conhecer o instrumento contratual;

33.1.2. Controlar qualidade e quantidade dos serviços e entregas;

33.1.3. Registrar e relatar ocorrências;

- 33.1.4. Solicitar correções ou providências à Contratada;
- 33.1.5. Glosar valores em caso de má execução;
- 33.1.6. Atuar em conjunto com o Gestor e comunicar irregularidades;
- 33.1.7. Atestar notas fiscais e emitir relatórios.

#### **34. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 34.1. A Contratada deverá:
  - 34.1.1. Executar os serviços com qualidade e observância legal;
  - 34.1.2. Manter as condições de habilitação e apresentar os documentos exigidos;
  - 34.1.3. Cumprir obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
  - 34.1.4. Substituir materiais defeituosos e atender à fiscalização;
  - 34.1.5. Responsabilizar-se por eventuais danos e obrigações com terceiros;
  - 34.1.6. Respeitar normas de segurança, sigilo e conduta no ambiente da Contratante.

#### **35. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 35.1. **A Contratante deverá:**
  - 35.1.1. Realizar os pagamentos conforme o contrato;
  - 35.1.2. Designar gestor e fiscal do contrato;
  - 35.1.3. Fiscalizar a execução e comunicar irregularidades;
  - 35.1.4. Fornecer condições para a execução do objeto;
  - 35.1.5. Proceder ao recebimento e testes dos materiais entregues;
  - 35.1.6. Cumprir obrigações administrativas, fiscais e legais relativas à contratação.

#### **36. DA RESCISÃO CONTRATUAL**

- 36.1. A rescisão poderá ocorrer de forma unilateral, consensual, judicial ou arbitral, conforme os arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, garantida ampla defesa e contraditório à Contratada.
- 36.2. Durante o prazo de 30 dias entre a notificação e a efetivação da rescisão, os serviços não poderão ser descontinuados se essenciais.
- 36.3. A Contratada fará jus aos valores proporcionais aos serviços prestados até a data da rescisão.

#### **37. DAS PENALIDADES**

##### **37.1. Sanções aplicáveis**

37.1.1. O inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais, bem como a prática de quaisquer condutas previstas como infração nos termos deste Termo de Referência e da legislação vigente, sujeitará a contratada às seguintes penalidades, observada a gradação legal e o devido processo legal:

- I - Advertência por escrito;
- II - Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor contratual ou sobre o valor do item descumprido;
- III - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública por até 3 (três) anos;
- IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, conforme art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

37.1.2. As penalidades previstas poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa, conforme a gravidade da infração, resguardados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

##### **37.2. Recusa injustificada de Ordem de Serviço (OS)**

37.2.1. Constituirá infração contratual a recusa injustificada da contratada em atender às Ordens de Serviço regularmente emitidas pela Administração, dentro dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

37.2.2. Considera-se recusa injustificada aquela não amparada por motivo de força maior ou impedimento técnico, devidamente formalizado e aceito pela contratante.

37.2.3. A recusa injustificada ensejará a aplicação das sanções acima elencadas, em especial a aplicação de multa proporcional ao valor do serviço recusado, sem prejuízo da rescisão contratual por inexecução parcial.

##### **37.3. Procedimento sancionatório**

37.3.1. A aplicação das penalidades observará os princípios do contraditório, ampla defesa e devido processo legal, mediante regular instauração de procedimento administrativo sancionador.

37.3.2. As sanções de impedimento e inidoneidade, quando aplicadas, serão devidamente registradas nos sistemas competentes, como:

37.3.2.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);

37.3.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);

37.3.2.3. Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Acre (CADUF).

## 38. ANTICORRUPÇÃO

### 38.1. Compromisso com a Integridade

38.1.1. A CONTRATADA declara, sob as penas da lei, que adota postura ética e íntegra em todas as suas atividades, comprometendo-se a não oferecer, prometer, autorizar, realizar, solicitar ou receber, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, pagamento, presente, benefício, suborno, propina ou comissão a agentes públicos ou a quaisquer terceiros, com o objetivo de influenciar atos ou omissões relacionados à celebração, execução ou fiscalização deste contrato.

### 38.2. Conformidade Legal e Programas de Integridade

38.2.1. A CONTRATADA obriga-se a cumprir rigorosamente todas as disposições da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção Empresarial), da Lei Estadual nº 3.747/2021 (que institui o Programa de Integridade e Compliance do Estado do Acre), bem como demais normas e regulamentos anticorrupção e de integridade aplicáveis, incluindo os princípios da administração pública previsto no art. 37 da Constituição Federal.

### 38.3. Canal de Denúncias e Cooperação

38.3.1. A CONTRATADA se compromete a divulgar internamente, entre seus dirigentes, empregados, prepostos e eventuais subcontratados, os canais oficiais de denúncia da Secretaria de Estado de Saúde - SESACRE, viabilizando que qualquer conduta irregular relacionada a este contrato seja prontamente comunicada nos seguintes canais:

I - **E-mail:** [sesacre.sesacre2020@gmail.com](mailto:sesacre.sesacre2020@gmail.com) / [sesacre.sesacre@ac.gov.br](mailto:sesacre.sesacre@ac.gov.br)

II - **Telefone:** (68) 3215-2670 / 2619

III - **Endereço:** Rua Benjamin Constant, 830, - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-064

## 39. RESPONSÁVEL TÉCNICO

39.1. Nome: Tiago Aguiar de Lima

39.2. Cargo/Função: Técnico de Informática / Chefe da Divisão de Manutenção e Suporte Técnico

39.3. Matrícula: 9.637.214

39.4. Nome: Victor Henrique Sampaio Ferraz

39.5. Cargo/Função: Cargo em Comissão / Técnico de Informática

39.6. Matrícula: 9.683.0037



Documento assinado eletronicamente por **VICTOR HENRIQUE SAMPAIO FERRAZ**, Cargo Comissionado, em 23/12/2025, às 13:00, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **TIAGO AGUIAR DE LIMA**, Chefe de Divisão, em 23/12/2025, às 13:33, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0018775735** e o código CRC **4276ED54**.

## ANEXO II DO EDITAL - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 0019.012695.00009/2025-41

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_ ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_ PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_ aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, na sede da Secretaria de Estado de Saúde - SESACRE, localizada à Rua \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_ - Rio Branco/AC, a SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - SESACRE, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ nº. \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo \_\_\_\_\_, Sr(a) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, residente e domiciliado à \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, portador do RG nº. \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, e inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, de acordo com a autorização expressa no Decreto nº. \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, com fundamento na Lei nº 14.133, observando-se as normas constantes na Lei Complementar 123/2006 (Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) e suas alterações, Decreto Estadual nº. 11.363/2023, e subsidiariamente a Lei nº 8.078/90 Código de Defesa do Consumidor, em face da classificação da proposta apresentada no **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_ do Processo nº. \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_,** homologada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, resolve registrar os preços adjudicados em favor da empresa \_\_\_\_\_, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº. \_\_\_\_\_, sediada à \_\_\_\_\_, Nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo (a) senhor (a) \_\_\_\_\_, inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_, doravante denominado simplesmente **FORNECEDOR**, de acordo com o Edital do pregão em epígrafe e seus anexos e Proposta da licitante classificada em primeiro lugar para os itens, que passam a fazer parte da presente Ata, independentemente de transcrição.**

### 1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de nobreaks de pequeno, médio e grande porte, com fornecimento de peças e baterias originais ou compatíveis, a fim de garantir a continuidade operacional de equipamentos essenciais, como servidores, estações de trabalho, equipamentos médicos e demais dispositivos sensíveis a interrupções no fornecimento de energia elétrica, nas unidades administrativas e de saúde da SESACRE, em todo o território estadual.

### 2. DO(S) DETENTOR (ES) DA ATA REGISTRADO(S), DOS PREÇOS E DOS ITENS DE FORNECIMENTO.

2.1. O preço da Ata em epígrafe é R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

### 3. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO

3.1. Os serviços a serem prestados possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Edital por meio de especificações usuais do mercado, enquadrando-se, portanto, como serviços de uso comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

### 4. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, desde que comprovada a vantajosidade do preço, conforme o estabelecido no art. 325 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 e Art. 84 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, terá início na data de sua assinatura, tendo como eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado.

4.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o ÓRGÃO GERENCIADOR não estará obrigado a adquirir o material objeto desta Ata, exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação, quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa FORNECEDORA, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições;

4.3. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, a empresa FORNECEDORA assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, aos pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições

estabelecidas, ficando sujeita, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas;

4.4. A contratação decorrente desta Ata será formalizada mediante contrato ou documento equivalente.

4.5. Após ser regulamente convocada, a empresa vencedora do certame terá o prazo de até 3 (três) dias úteis para assinar a Ata de Registro de Preços.

## 5. DESCRIÇÃO DETALHADA DA SOLUÇÃO

5.1. A presente contratação visa o **registro de preços para prestação de serviços sob demanda**, voltados à **manutenção corretiva de equipamentos nobreaks**, incluindo mão de obra técnica, deslocamentos e fornecimento de peças e componentes, conforme a seguir detalhado.

5.2. A execução dos serviços ocorrerá por meio de **ordem de serviço (OS)** emitida pela Secretaria de Estado de Saúde do Acre – SESACRE, de acordo com a **necessidade específica de cada unidade de saúde ou administrativa**, conforme demanda, priorizando a **continuidade dos serviços essenciais** e a **infraestrutura de TI e equipamentos médicos**.

5.3. Os serviços contratados estão divididos conforme os tipos de nobreak, complexidade dos equipamentos e logística de atendimento, com previsão das seguintes **quantidades estimadas para fins de registro de preços**, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

5.4. Os serviços compreenderão:

5.4.1. Diagnóstico técnico;

5.4.2. Substituição de peças e componentes defeituosos ou desgastados;

5.4.3. Correções elétricas ou eletrônicas nos sistemas internos dos nobreaks;

5.4.4. Testes de funcionalidade e emissão de relatório técnico com parecer conclusivo.

5.5. Os atendimentos ocorrerão **após solicitação formal da Contratante**, por meio de emissão de OS, contendo a descrição do problema identificado, local de atendimento e prazos para execução.

5.6. A Contratada deverá possuir estrutura organizacional e técnica adequada, com capacidade de deslocamento para atender às unidades localizadas na capital e no interior, nos seguintes prazos máximos após o recebimento da OS:

5.6.1. **Capital (Rio Branco)**: até 24 horas úteis;

5.6.2. **Interior de fácil acesso**: até 48 horas úteis;

5.6.3. **Interior de difícil acesso (ex: Jordão, Santa Rosa do Purus)**: até 96 horas úteis, observado o meio de transporte disponível.

5.7. A execução dos serviços deverá seguir os manuais dos fabricantes e as normas técnicas pertinentes, sendo obrigatório à contratada fornecer:

5.7.1. Relatório técnico individualizado por equipamento atendido;

5.7.2. Registro fotográfico do antes e depois da intervenção;

5.7.3. Indicação de peças substituídas, com identificação da peça antiga (sucata) a ser devolvida ou descartada conforme normas ambientais.

5.8. O valor registrado por item deverá incluir **mão de obra técnica qualificada, peças, deslocamentos, encargos e tributos**. Não será admitida cobrança adicional por quaisquer insumos relacionados à execução dos serviços.

5.9. Esta contratação **não contempla manutenção preventiva rotineira**, nem serviços de natureza contínua. Trata-se de **serviço eventual sob demanda**, conforme justificativas técnicas e administrativas constantes no Estudo Técnico Preliminar e no Documento de Oficialização da Demanda.

5.10. **Itens e escopo dos serviços**

5.10.1. Os **itens 1 a 3** referem-se à **prestação de serviços de manutenção corretiva de nobreaks**, variando conforme a capacidade do equipamento (pequeno, médio ou grande porte). Os serviços poderão envolver:

5.10.1.1. Diagnóstico técnico com testes em bancada;

5.10.1.2. Desmontagem parcial do equipamento;

5.10.1.3. Substituição de módulos de potência, ventiladores, relés, placas de controle e baterias;

5.10.1.4. Correções elétricas e eletrônicas;

5.10.1.5. Emissão de laudo técnico detalhado com registro fotográfico.

5.10.1.6. A execução exige **mão de obra técnica especializada** e utilização de **ferramentas específicas**, conforme as normas dos fabricantes e padrões de segurança elétrica.

5.10.2. Os **itens 4 e 5** correspondem aos **custos com deslocamento do profissional técnico** até as unidades

demandantes situadas **fora da capital**, incluindo transporte, alimentação e, quando necessário, hospedagem, especialmente nos casos em que o equipamento não possa ser removido para manutenção em bancada.

5.10.2.1. **Não será devido pagamento de deslocamento para atendimentos realizados na capital (Rio Branco).**

5.10.3. O **item 6** compreende o fornecimento de **peças, módulos e componentes necessários aos reparos**, incluindo:

5.10.3.1. Baterias, placas eletrônicas, fusíveis, ventiladores, conectores, relés, entre outros;

5.10.3.2. Frete, impostos e encargos aplicáveis.

5.10.3.3. As peças fornecidas deverão ser **novas, originais ou compatíveis com qualidade equivalente**, conforme especificações do fabricante e garantias previstas neste Termo de Referência.

5.11. **Da garantia**

5.11.1. Os serviços de manutenção corretiva devem ter garantia de, no mínimo 90 (noventa) dias;

5.11.2. As baterias utilizadas nos serviços do item 6 deverão ser de primeiro uso e com garantia de fábrica de no mínimo 12 (doze) meses.

## **6. DA EXECUÇÃO SOB DEMANDA**

6.1. A presente contratação será executada sob demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço (OS) pela Secretaria de Estado de Saúde do Acre – SESACRE, conforme a necessidade identificada nas unidades administrativas ou de saúde.

6.2. Cada Ordem de Serviço deverá conter, no mínimo:

6.3. Identificação da unidade solicitante;

6.4. Descrição detalhada do problema identificado ou do serviço a ser executado;

6.5. Local exato de atendimento;

6.6. Prazo máximo para início e conclusão dos serviços;

6.7. Número estimado de equipamentos afetados (quando aplicável).

6.8. A contratada somente iniciará os serviços após o recebimento formal da OS, sendo vedada a execução sem autorização expressa.

6.9. Os prazos máximos de atendimento após o recebimento da OS serão os seguintes:

6.10. Capital (Rio Branco): até 24 (vinte e quatro) horas úteis;

6.11. Interior com acesso terrestre: até 48 (quarenta e oito) horas úteis;

6.12. Interior de difícil acesso (ex.: Jordão, Santa Rosa do Purus): até 96 (noventa e seis) horas úteis, observadas as condições logísticas locais.

6.13. A execução dos serviços deverá seguir os padrões técnicos e operacionais estabelecidos neste Termo de Referência, com apresentação de relatórios técnicos e demais documentos comprobatórios após a conclusão da OS.

6.14. A não observância dos prazos ou a recusa injustificada no atendimento de OS poderá ensejar a aplicação de penalidades previstas contratualmente.

## **7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.0.1. Executar os serviços com qualidade e observância legal;

7.0.2. Manter as condições de habilitação e apresentar os documentos exigidos;

7.0.3. Cumprir obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

7.0.4. Substituir materiais defeituosos e atender à fiscalização;

7.0.5. Responsabilizar-se por eventuais danos e obrigações com terceiros;

7.0.6. Respeitar normas de segurança, sigilo e conduta no ambiente da Contratante.

7.1. CONTRATADA deverá informar a CONTRATANTE no ato da assinatura do contrato, um telefone disponível 24 (vinte e quatro) horas e endereço de e-mail.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.0.1. Realizar os pagamentos conforme o contrato;

8.0.2. Designar gestor e fiscal do contrato;

8.0.3. Fiscalizar a execução e comunicar irregularidades;

- 8.0.4. Fornecer condições para a execução do objeto;
- 8.0.5. Proceder ao recebimento e testes dos materiais entregues;
- 8.0.6. Cumprir obrigações administrativas, fiscais e legais relativas à contratação.

## **9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 9.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 9.5. A execução contratual será regida pelas cláusulas avençadas, com responsabilidade das partes em caso de inexecução parcial ou total.
- 9.6. Havendo suspensão do contrato, o cronograma será automaticamente prorrogado pelo tempo correspondente, com registro por apostila.
- 9.7. As comunicações formais poderão ser feitas por meio eletrônico, devendo o preposto ser convocado sempre que necessário.
- 9.8. Reuniões iniciais poderão ser realizadas para apresentação do plano de fiscalização, contemplando obrigações contratuais, métricas de avaliação, estratégias de execução e sanções aplicáveis.

### **9.9. PREPOSTO**

- 9.9.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 9.9.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### **9.10. FISCAL DO CONTRATO**

- 9.10.1. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
  - 9.10.1.1. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;
  - 9.10.1.2. Avaliar a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos bens entregues;
  - 9.10.1.3. Atestar, em documento hábil, o fornecimento ou a entrega de bens permanentes ou de consumo e a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado;
  - 9.10.1.4. No caso de serviços, controlar a efetividade e eficácia da sua execução em estrita observância ao estabelecido no contrato (especificações e normas técnicas, por exemplo), solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições, deficiências e/ou omissões;
  - 9.10.1.5. No caso de compras, acompanhar a entrega dos bens, verificando sua quantidade e qualidade;
  - 9.10.1.6. Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio;
  - 9.10.1.7. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora;
  - 9.10.1.8. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;
  - 9.10.1.9. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;
  - 9.10.1.10. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do serviço, da entrega do material ou do bem, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;
  - 9.10.1.11. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, assim como conferir se os materiais ou bens requisitados foram entregues em perfeitos estado e nas mesmas condições e características pactuadas;
  - 9.10.1.12. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura - venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;
  - 9.10.1.13. Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;

- 9.10.1.14. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada;
- 9.10.1.15. Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou documento equivalente;
- 9.10.1.16. Cientificar o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;
- 9.10.1.17. Realizar, juntamente com a contratada, as medições dos serviços nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;
- 9.10.1.18. Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;
- 9.10.1.19. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;
- 9.10.1.20. Emitir atestado ou certidão de realização de serviços, total ou parcial;
- 9.10.1.21. Controlar a medição do serviço executado, aprovando somente a medição dos servidos efetivamente realizados;
- 9.10.1.22. Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;
- 9.10.1.23. Glosar as medições quando houver má execução do contratado ou mesmo a sua não execução e, com isso, sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento de suas obrigações; e
- 9.10.1.24. Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.

## 9.11. **GESTOR DO CONTRATO**

- 9.11.1. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
- 9.11.1.1. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;
- 9.11.1.2. Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;
- 9.11.1.3. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;
- 9.11.1.4. Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;
- 9.11.1.5. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;
- 9.11.1.6. Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços/compras, informando-as ao setor financeiro;
- 9.11.1.7. Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de ordem de serviço/entrega ou fornecimento;
- 9.11.1.8. Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;
- 9.11.1.9. Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos;
- 9.11.1.10. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público;
- 9.11.1.11. Propor medidas que melhorem a execução do contrato;
- 9.11.1.12. Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;
- 9.11.1.13. Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;
- 9.11.1.14. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada;
- 9.11.1.15. Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;
- 9.11.1.16. Negociar condições previamente estabelecidas com o contratante sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;
- 9.11.1.17. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de concessão de reajuste, prorrogações e etc., encaminhando, sempre



que solicitado, o relatório de acompanhamento de obras ou serviços prestados comunicando as irregularidades encontradas;

9.11.1.18. Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões;

9.11.1.19. Obter a formalização da designação do preposto junto à contratada;

9.11.1.20. Elaborar o plano de inserção, instrumento pelo qual deverá ocorrer o repasse ao contratado dos conhecimentos necessários para a execução dos serviços, e disponibilizar infraestrutura adequada à contratada para execução do pactuado, quando for o caso;

9.11.1.21. Notificar a contratada, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante, sobre irregularidades encontradas; e

9.11.1.22. Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada com seus empregados.

## **10. DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

10.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE à CONTRATADA no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de apresentação do documento fiscal, devidamente atestado por servidor responsável, observado o disposto neste Termo de Referência.

10.2. Será imprescindível à CONTRATADA possuir Cadastro de Credor ativo junto ao Sistema da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ/AC. O cadastramento deverá ser realizado conforme instruções constantes no endereço eletrônico: <http://sefaz.acre.gov.br> mediante a apresentação da documentação obrigatória, incluindo comprovante bancário da conta indicada para recebimento.

10.3. A emissão da ordem bancária dependerá da regularidade da empresa contratada junto ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNJ), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), entre outras exigências legais.

10.4. O documento fiscal deverá ser emitido em nome do:

- a) SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
- b) CNPJ 04.034.526/0001-43

10.5. Na hipótese de rejeição do documento fiscal por incorreções, este será devolvido à empresa contratada para devida correção, não sendo considerado para fins de contagem de prazo de pagamento até sua reapresentação regular.

10.6. Em caso de atraso injustificado no pagamento, será devida compensação financeira à contratada, calculada com base na seguinte fórmula:

**EM = (NxVPxI)/365, onde:**

**EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;**

**N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;**

**VP = Valor da parcela em atraso; e**

**I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.**

10.7. Os documentos de cobrança deverão ser entregues na sede da CONTRATANTE, situada na Rua Benjamin Constant, nº 830, Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-062, no horário das 07h00 às 14h00, ou encaminhados por e-mail, a ser informado no momento da assinatura do contrato.

10.8. É vedado o pagamento por meio de boleto bancário ou outra forma não prevista no contrato.

10.9. A CONTRATANTE realizará as retenções tributárias devidas, salvo comprovação legal da CONTRATADA quanto à sua não incidência. Empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar declaração que comprove tal condição para fins de isenção da retenção na fonte.

## **11. DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS**

### **11.1. DOS ACRÉSCIMOS**

11.1.1. Durante a vigência, será vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo da despesa estabelecida na Ata de Registro de Preços, conforme disposto no Art. 326 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

### **11.2. DA REVISÃO**

11.2.1. Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Ata, poderá ser promovida revisão do preço,

desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de comprovação da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos preços registrados, nos termos do disposto no art. 27 do Decreto Federal 11.462/2023 e art. 125 da Lei 14.133/2021.

11.2.2. Para fins do disposto no subitem anterior, será devida a revisão dos valores pela Contratante a partir da data do fato que gerou o direito a revisão dos preços, desde que solicitado formalmente, mediante comprovação pela Contratada e após a análise técnica e jurídica da Contratante.

11.2.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços registrados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

11.2.4. Fica facultado à Contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela Contratada.

11.2.5. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a Contratada não poderá suspender o fornecimento dos serviços/materiais/equipamentos e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

11.2.6. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da Contratante, porém contemplará os serviços/materiais/equipamentos a partir da data do protocolo do pedido.

11.2.7. rto, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

## 12. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A ata de registro de preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e da detentora, atendidos os limites do art. 336 do Decreto nº 11.363/2023.

12.2. O pedido de adesão por órgão ou entidade não participante será analisado pelo órgão ou entidade gerenciadora, que se manifestará sobre a possibilidade de adesão, desde que não haja prejuízo às obrigações presentes e futuras decorrentes da ata de registro de preços, e indicará as possíveis detentoras e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

12.3. **A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.**

12.4. **A adesão deverá ser efetivada em até 90 (noventa) dias contados da autorização**, admitida a prorrogação excepcional e justificada desse prazo, a pedido do interessado, mediante anuência da detentora, desde que observado o prazo de vigência da ata de registro de preço.

12.5. Competirá ao órgão ou entidade não participante os atos relativos à fiscalização e gestão contratual, inclusive em relação à aplicação de eventuais penalidades, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciado.

12.6. As aquisições ou contratações adicionais **não poderão exceder**, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do edital registrados na ata** de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes; e a soma de todas as adesões à ata de registro de preços **não poderá exceder**, na totalidade, **ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata** de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

## 13. DAS PENALIDADES

13.1. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam, os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo (art. 92, XIV da Lei 14.133/21).

13.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou ata de registro de preços ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante (art. 249, § 4º, Decreto Estadual nº 11.363/2023).

13.3. O Licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará sujeitas às sanções previstas e será descredenciado do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores do Governo do Estado do Acre.

13.4. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada **“se houver”**, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada monetariamente e com aplicação de juros, fixados segundo os índices e

taxas utilizados na cobrança dos créditos não tributários da Fazenda Pública estadual, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

13.5. O atraso nos serviços para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do ilícito administrativo, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

13.6. Competirá ao órgão ou entidade não participante os atos relativos à fiscalização e gestão contratual, inclusive em relação à aplicação de eventuais penalidades, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciadora (art. 334, § 5º, Decreto Estadual nº 11.363/2023).

13.7. O licitante penalizado com as sanções de impedimento ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será registrado no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo do Estado do Acre, com registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS ou Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF após a comunicação ao órgão ou entidade promotora da licitação pelo órgão ou entidade responsável pela aplicação da sanção (art. 148, VIII, Parágrafo único, Decreto Estadual nº 11.363/2023).

13.8. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções administrativas previstas no edital.

13.9. As sanções previstas nas art. 156 §7º poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa prevista no inciso II, nos termos do art. 156 da Lei Federal nº. 14.133/21.

13.10. Administração poderá rescindir o contrato nas hipóteses do art. 137, bem como poderá fazê-lo de forma unilateral nos casos do inc. I do art. 138, ambos da Lei Federal nº. 14.133/21.

13.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

13.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.13. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.14. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo órgão.

13.15. O valor da multa aplicada após regular processo administrativo, poderá ser descontado da Nota Fiscal ou crédito existente no órgão indicado no item 4 deste Termo de Referência, acrescido de juros moratório de 1% (um por cento) ao mês.

13.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas em sistema mantido na Secretaria Adjunta de Licitações - SELIC, e no caso de suspensão de licitar a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.17. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

13.18. As penalidades só não serão aplicadas, se ocorrer fato superveniente justificável e aceito, submetido à aprovação da autoridade competente – pelo Pregoeiro e submetido à autoridade do órgão promotor da licitação durante a realização do certame ou pelo fiscal do contrato e submetido à aprovação pela autoridade do órgão solicitante, durante a execução do contrato.

13.19. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e ampla defesa no processo administrativo.

13.20. Para as condutas ensejadoras de prejuízo à Administração não descrita nos itens anteriores, poderão ser aplicadas outras penalidades previstas em legislação específica, subsidiariamente.

13.21. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Termo de Referência, serão aplicadas as penalidades previstas no instrumento convocatório, garantida sempre a ampla defesa e o contraditório.

13.22. Qualquer atraso na execução das obrigações assumidas deverá, obrigatoriamente, constar de justificativa protocolada na Secretaria de Estado de Saúde, até o dia anterior à data prevista para a execução do serviço e ou fornecimento do materiais.

13.23. Se a CONTRATADA incidir nas condutas previstas no art. 156 da Lei Federal nº. 14.133/2021, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar-lhe, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

- I - Advertência;
- II - Multa;
- III - impedimento de licitar e contratar; e
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.24. A multa é a sanção pecuniária que será imposta ao fornecedor e será **aplicada nos seguintes limites máximos:**

- I - 0,33 % (trinta e três centésimos por cento) ao dia, do segundo dia até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parcela do objeto não realizada;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor da parcela do objeto não realizado, observado o disposto no § 5º, a partir do trigésimo primeiro dia;

III - 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela do objeto em atraso, no primeiro dia de atraso, por descumprimento do prazo de entrega do objeto em conformidade com o edital, cumulativamente à aplicação do disposto nos incisos I e II; e,

IV - 10% (dez por cento) aplicado sobre o percentual de 20% (vinte por cento) do valor da proposta do licitante, por ilícitos administrativos no decorrer do certame.

#### 14. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

14.1. O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

14.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

14.1.2. Não retirar a respectiva Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento de produto, no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, sem justificativa aceitável;

14.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4. Tiver presentes razões de interesse público.

14.2. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do CONTRATANTE.

14.3. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### 15. DA PUBLICIDADE:

15.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Estado.

#### 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram esta Ata, o EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. \_\_\_\_/\_\_\_\_, anexos e a proposta da empresa classificada em 1º, lugar no certame supracitado.

16.2. Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes do Decreto Estadual nº 11.363/2023, Lei 14.133/2021.

16.3. As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no foro da Comarca da cidade de Rio Branco/AC, com exclusão de qualquer outro.

16.4. E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

---

ÓRGÃO GERENCIADOR

---

FORNECEDOR



Documento assinado eletronicamente por **TIAGO DUTRA DIEL, Chefe de Departamento**, em 23/12/2025, às 12:26, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0018775758** e o código CRC **DF642353**.

ANEXO I

RELAÇÃO DOS FORNECEDORES BENEFICIÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS \_\_\_\_/\_\_\_\_

PROCESSO Nº \_\_\_\_\_

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. \_\_\_\_/\_\_\_\_

ENCARTE I

Relação do(s) Fornecedor(es)/Preços Registrados por ocasião do Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

FORNECEDOR, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº. _____, sediada à _____, nº _____, Bairro _____, CEP: _____ - _____ - _____, telefone: (____) _____, neste ato representado pelo (a) senhor (a) _____						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QTDE	VALOR UNIT. R\$	VALOR ADJUDICADO (R\$)
1.						
2.						
3.						
4.						
VALOR TOTAL (R\$)						



## ANEXO III DO EDITAL - MINUTA DO CONTRATO

### MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_ PROCESSO N.º \_\_\_\_\_**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_ CONTRATO QUE ENTRE SI**  
**CELEBRAM O ESTADO DO ACRE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO**  
**DE SAÚDE - SESACRE E A EMPRESA \_\_\_\_\_.** **O ESTADO**  
**DO ACRE**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - SESACRE**, Pessoa  
Jurídica de Direito Público, inscrita sob o CNPJ/MF n.º \_\_\_\_\_ - \_\_, com sede na \_\_\_\_\_,  
n.º \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, neste Município de Rio Branco, Estado do Acre, neste ato representada  
pela Secretária de Estado de Saúde, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, residente e domiciliada à  
\_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, portadora do RG n.º.  
\_\_\_\_\_- \_\_\_\_/\_\_\_\_, e inscrita no CPF n.º. \_\_\_\_\_, de acordo com a autorização expressa  
no Decreto n.º. \_\_\_\_\_, doravante denominada de **CONTRATANTE**, e do outro lado a  
empresa \_\_\_\_\_, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o n.º  
\_\_\_\_\_, Inscrição Estadual n.º \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, n.º  
\_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na Cidade de \_\_\_\_\_, tel.(\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, e-mail:  
\_\_\_\_\_, neste ato representado por: \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, portadora do RG n.º. \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_/\_\_\_\_ e inscrita no CPF/MF  
sob o n.º. \_\_\_\_\_, residente no endereço acima informado, simplesmente denominada  
**CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, em conformidade com o que consta do  
Processo Administrativo n.º. \_\_\_\_\_, referente ao Pregão Eletrônico SRP n.º \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-  
\_\_\_\_\_, com fundamento na Lei n.º 14.133, observando-se as normas constantes na Lei Complementar 123/2006 (Institui o  
Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) e suas alterações, Decreto Estadual n.º. 11.363/2023, e  
subsidiariamente a Lei n.º 8.078/90 Código de Defesa do Consumidor, mediante as cláusulas a seguir enumeradas:

#### 17. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

17.1. Contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de nobreaks de pequeno, médio e grande porte, com fornecimento de peças e baterias originais ou compatíveis, a fim de garantir a continuidade operacional de equipamentos essenciais, como servidores, estações de trabalho, equipamentos médicos e demais dispositivos sensíveis a interrupções no fornecimento de energia elétrica, nas unidades administrativas e de saúde da SESACRE, em todo o território estadual.

#### 18. CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO DO CONTRATO

##### 18.1. DO CONTRATO

18.1.1. Findo o processo licitatório, a qualquer momento durante a vigência da Ata de Registro de Preços, de acordo com as necessidades da Administração, a SESACRE poderá celebrar o Termo de Contrato com a licitante vencedora dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis.

18.1.2. O prazo acima descrito poderá ser prorrogado uma vez por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora, devidamente justificado, desde que aceito pela SESACRE.

18.1.3. Após ser regulamente convocada, a empresa vencedora do certame terá o prazo de até 3 (três) dias úteis para assinar o contrato.

##### 18.2. VIGÊNCIA CONTRATUAL

18.3. O prazo de vigência do presente contrato será de até **de 24 (vinte e quatro) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos do **art. 107 da Lei nº 14.133/2021** e do **Decreto Estadual nº 11.363/2023**, desde que devidamente justificado pela Administração Pública e mantido a vantajosidade da contratação.

- 18.4. A contratação observará:
- 18.4.1. A inclusão prévia no **Plano Anual de Contratações - PAC**;
- 18.4.2. A existência de **previsão orçamentária adequada** ou empenho prévio em cada exercício financeiro;
- 18.4.3. A continuidade administrativa, quando ultrapassar o exercício orçamentário;
- 18.4.4. A eficácia legal do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no **Diário Oficial do Estado do Acre**, conforme determina a legislação vigente;
- 18.4.5. É vedada a celebração do contrato com prazo de vigência indeterminado,
- 18.5. **DA EFICÁCIA DO CONTRATO**
- 18.6. A eficácia do contrato estará condicionada:
- 18.6.1. À publicação do extrato contratual no **Diário Oficial do Estado do Acre**;
- 18.6.2. À divulgação do contrato no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da assinatura, nos termos do **art. 94, §3º, da Lei nº 14.133/2021**.

## **19. CLÁUSULA TERCEIRA - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **19.1. DA SUBCONTRATAÇÃO**

19.1.1. É **vedada a subcontratação** do objeto, total ou parcialmente, nos termos do art. 72 da Lei nº 14.133/2021, salvo se previamente autorizada de forma expressa pela Administração, o que **não se aplica ao presente caso**.

### **19.2. DA GARANTIA CONTRATUAL**

19.3. A contratada deverá apresentar garantia no valor de **5% (cinco por cento)** do valor global do contrato, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

- 19.3.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- 19.3.2. Seguro garantia;
- 19.3.3. Fiança bancária;
- 19.3.4. Título de capitalização com pagamento único e resgate total.

19.4. A garantia deverá ser apresentada **em até 30 (trinta) dias após a homologação**, e antes da assinatura do contrato. Havendo **alteração do valor contratual**, a garantia deverá ser **reajustada**. Caso utilizada parcialmente, a contratada deverá **repor o valor** no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da notificação.

### **19.5. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES À SOLUÇÃO ESCOLHIDA**

19.6. Após análise técnica, **não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes** ao objeto pretendido que exijam execução conjunta ou simultânea para satisfação da necessidade da Administração.

## **20. CLÁUSULA QUARTA - DESCRIÇÃO DETALHADA DA SOLUÇÃO**

20.1. A presente contratação visa o **registro de preços para prestação de serviços sob demanda**, voltados à **manutenção corretiva de equipamentos nobreaks**, incluindo mão de obra técnica, deslocamentos e fornecimento de peças e componentes, conforme a seguir detalhado.

20.2. A execução dos serviços ocorrerá por meio de **ordem de serviço (OS)** emitida pela Secretaria de Estado de Saúde do Acre – SESACRE, de acordo com a **necessidade específica de cada unidade de saúde ou administrativa**, conforme demanda, priorizando a **continuidade dos serviços essenciais** e a **infraestrutura de TI e equipamentos médicos**.

20.3. Os serviços contratados estão divididos conforme os tipos de nobreak, complexidade dos equipamentos e logística de atendimento, com previsão das seguintes **quantidades estimadas para fins de registro de preços**, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

20.4. Os serviços compreenderão:

- 20.4.1. Diagnóstico técnico;
- 20.4.2. Substituição de peças e componentes defeituosos ou desgastados;
- 20.4.3. Correções elétricas ou eletrônicas nos sistemas internos dos nobreaks;
- 20.4.4. Testes de funcionalidade e emissão de relatório técnico com parecer conclusivo.

20.5. Os atendimentos ocorrerão **após solicitação formal da Contratante**, por meio de emissão de OS, contendo a descrição do problema identificado, local de atendimento e prazos para execução.

20.6. A Contratada deverá possuir estrutura organizacional e técnica adequada, com capacidade de deslocamento para atender às unidades localizadas na capital e no interior, nos seguintes prazos máximos após o recebimento da OS:



- 20.6.1. **Capital (Rio Branco):** até 24 horas úteis;
- 20.6.2. **Interior de fácil acesso:** até 48 horas úteis;
- 20.6.3. **Interior de difícil acesso (ex: Jordão, Santa Rosa do Purus):** até 96 horas úteis, observado o meio de transporte disponível.
- 20.7. A execução dos serviços deverá seguir os manuais dos fabricantes e as normas técnicas pertinentes, sendo obrigatório à contratada fornecer:
- 20.7.1. Relatório técnico individualizado por equipamento atendido;
- 20.7.2. Registro fotográfico do antes e depois da intervenção;
- 20.7.3. Indicação de peças substituídas, com identificação da peça antiga (sucata) a ser devolvida ou descartada conforme normas ambientais.
- 20.8. O valor registrado por item deverá incluir **mão de obra técnica qualificada, peças, deslocamentos, encargos e tributos**. Não será admitida cobrança adicional por quaisquer insumos relacionados à execução dos serviços.
- 20.9. Esta contratação **não contempla manutenção preventiva rotineira**, nem serviços de natureza contínua. Trata-se de **serviço eventual sob demanda**, conforme justificativas técnicas e administrativas constantes no Estudo Técnico Preliminar e no Documento de Oficialização da Demanda.
- 20.10. **Itens e escopo dos serviços**
- 20.10.1. Os **itens 1 a 3** referem-se à **prestação de serviços de manutenção corretiva de nobreaks**, variando conforme a capacidade do equipamento (pequeno, médio ou grande porte). Os serviços poderão envolver:
- 20.10.1.1. Diagnóstico técnico com testes em bancada;
- 20.10.1.2. Desmontagem parcial do equipamento;
- 20.10.1.3. Substituição de módulos de potência, ventiladores, relés, placas de controle e baterias;
- 20.10.1.4. Correções elétricas e eletrônicas;
- 20.10.1.5. Emissão de laudo técnico detalhado com registro fotográfico.
- 20.10.1.6. A execução exige **mão de obra técnica especializada** e utilização de **ferramentas específicas**, conforme as normas dos fabricantes e padrões de segurança elétrica.
- 20.10.2. Os **itens 4 e 5** correspondem aos **custos com deslocamento do profissional técnico** até as unidades demandantes situadas **fora da capital**, incluindo transporte, alimentação e, quando necessário, hospedagem, especialmente nos casos em que o equipamento não possa ser removido para manutenção em bancada.
- 20.10.2.1. **Não será devido pagamento de deslocamento para atendimentos realizados na capital (Rio Branco).**
- 20.10.3. O **item 6** compreende o fornecimento de **peças, módulos e componentes necessários aos reparos**, incluindo:
- 20.10.3.1. Baterias, placas eletrônicas, fusíveis, ventiladores, conectores, relés, entre outros;
- 20.10.3.2. Frete, impostos e encargos aplicáveis.
- 20.10.3.3. As peças fornecidas deverão ser **novas, originais ou compatíveis com qualidade equivalente**, conforme especificações do fabricante e garantias previstas neste Termo de Referência.
- 20.11. **Da garantia**
- 20.11.1. Os serviços de manutenção corretiva devem ter garantia de, no mínimo 90 (noventa) dias;
- 20.11.2. As baterias utilizadas nos serviços do item 6 deverão ser de primeiro uso e com garantia de fábrica de no mínimo 12 (doze) meses.

## 21. CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO SOB DEMANDA

- 21.1. A presente contratação será executada sob demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço (OS) pela Secretaria de Estado de Saúde do Acre – SESACRE, conforme a necessidade identificada nas unidades administrativas ou de saúde.
- 21.2. Cada Ordem de Serviço deverá conter, no mínimo:
- 21.3. Identificação da unidade solicitante;
- 21.4. Descrição detalhada do problema identificado ou do serviço a ser executado;
- 21.5. Local exato de atendimento;
- 21.6. Prazo máximo para início e conclusão dos serviços;
- 21.7. Número estimado de equipamentos afetados (quando aplicável).
- 21.8. A contratada somente iniciará os serviços após o recebimento formal da OS, sendo vedada a execução sem

autorização expressa.

- 21.9. Os prazos máximos de atendimento após o recebimento da OS serão os seguintes:
- 21.10. Capital (Rio Branco): até 24 (vinte e quatro) horas úteis;
- 21.11. Interior com acesso terrestre: até 48 (quarenta e oito) horas úteis;
- 21.12. Interior de difícil acesso (ex.: Jordão, Santa Rosa do Purus): até 96 (noventa e seis) horas úteis, observadas as condições logísticas locais.
- 21.13. A execução dos serviços deverá seguir os padrões técnicos e operacionais estabelecidos neste Termo de Referência, com apresentação de relatórios técnicos e demais documentos comprobatórios após a conclusão da OS.
- 21.14. A não observância dos prazos ou a recusa injustificada no atendimento de OS poderá ensejar a aplicação de penalidades previstas contratualmente.

## **22. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 22.1. Executar os serviços com qualidade e observância legal;
- 22.2. Manter as condições de habilitação e apresentar os documentos exigidos;
- 22.3. Cumprir obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- 22.4. Substituir materiais defeituosos e atender à fiscalização;
- 22.5. Responsabilizar-se por eventuais danos e obrigações com terceiros;
- 22.6. Respeitar normas de segurança, sigilo e conduta no ambiente da Contratante.
- 22.7. CONTRATADA deverá informar a CONTRATANTE no ato da assinatura do contrato, um telefone disponível 24 (vinte e quatro) horas e endereço de e-mail.

## **23. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 23.1. Realizar os pagamentos conforme o contrato;
- 23.2. Designar gestor e fiscal do contrato;
- 23.3. Fiscalizar a execução e comunicar irregularidades;
- 23.4. Fornecer condições para a execução do objeto;
- 23.5. Proceder ao recebimento e testes dos materiais entregues;
- 23.6. Cumprir obrigações administrativas, fiscais e legais relativas à contratação.

## **24. CLÁUSULA OITAVA - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 24.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 24.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 24.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 24.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 24.5. A execução contratual será regida pelas cláusulas avençadas, com responsabilidade das partes em caso de inexecução parcial ou total.
- 24.6. Havendo suspensão do contrato, o cronograma será automaticamente prorrogado pelo tempo correspondente, com registro por apostila.
- 24.7. As comunicações formais poderão ser feitas por meio eletrônico, devendo o preposto ser convocado sempre que necessário.
- 24.8. Reuniões iniciais poderão ser realizadas para apresentação do plano de fiscalização, contemplando obrigações contratuais, métricas de avaliação, estratégias de execução e sanções aplicáveis.
- 24.9. **PREPOSTO**
- 24.9.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços,

indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

24.9.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

#### **24.10. FISCAL DO CONTRATO**

24.10.1. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

24.10.1.1. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;

24.10.1.2. Avaliar a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos bens entregues;

24.10.1.3. Atestar, em documento hábil, o fornecimento ou a entrega de bens permanentes ou de consumo e a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado;

24.10.1.4. No caso de serviços, controlar a efetividade e eficácia da sua execução em estrita observância ao estabelecido no contrato (especificações e normas técnicas, por exemplo), solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições, deficiências e/ou omissões;

24.10.1.5. No caso de compras, acompanhar a entrega dos bens, verificando sua quantidade e qualidade;

24.10.1.6. Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio;

24.10.1.7. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora;

24.10.1.8. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;

24.10.1.9. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;

24.10.1.10. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do serviço, da entrega do material ou do bem, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;

24.10.1.11. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, assim como conferir se os materiais ou bens requisitados foram entregues em perfeitos estado e nas mesmas condições e características pactuadas;

24.10.1.12. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura - venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;

24.10.1.13. Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;

24.10.1.14. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada;

24.10.1.15. Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou documento equivalente;

24.10.1.16. Cientificar o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;

24.10.1.17. Realizar, juntamente com a contratada, as medições dos serviços nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;

24.10.1.18. Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;

24.10.1.19. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;

24.10.1.20. Emitir atestado ou certidão de realização de serviços, total ou parcial;

24.10.1.21. Controlar a medição do serviço executado, aprovando somente a medição dos servidos efetivamente realizados;

24.10.1.22. Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;

24.10.1.23. Glosar as medições quando houver má execução do contratado ou mesmo a sua não execução e, com isso, sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento de suas obrigações; e

24.10.1.24. Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.

#### **24.11. GESTOR DO CONTRATO**

24.11.1. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

24.11.1.1. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;

24.11.1.2. Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;

- 24.11.1.3. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;
- 24.11.1.4. Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;
- 24.11.1.5. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;
- 24.11.1.6. Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços/compras, informando-as ao setor financeiro;
- 24.11.1.7. Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de ordem de serviço/entrega ou fornecimento;
- 24.11.1.8. Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;
- 24.11.1.9. Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos;
- 24.11.1.10. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público;
- 24.11.1.11. Propor medidas que melhorem a execução do contrato;
- 24.11.1.12. Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;
- 24.11.1.13. Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;
- 24.11.1.14. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada;
- 24.11.1.15. Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;
- 24.11.1.16. Negociar condições previamente estabelecidas com o contratante sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;
- 24.11.1.17. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de concessão de reajuste, prorrogações e etc., encaminhando, sempre que solicitado, o relatório de acompanhamento de obras ou serviços prestados comunicando as irregularidades encontradas;
- 24.11.1.18. Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões;
- 24.11.1.19. Obter a formalização da designação do preposto junto à contratada;
- 24.11.1.20. Elaborar o plano de inserção, instrumento pelo qual deverá ocorrer o repasse ao contratado dos conhecimentos necessários para a execução dos serviços, e disponibilizar infraestrutura adequada à contratada para execução do pactuado, quando for o caso;
- 24.11.1.21. Notificar a contratada, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante, sobre irregularidades encontradas; e
- 24.11.1.22. Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada com seus empregados.

## **25. CLÁUSULA NONA – DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 25.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE à CONTRATADA no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de apresentação do documento fiscal, devidamente atestado por servidor responsável, observado o disposto neste Termo de Referência.
- 25.2. Será imprescindível à CONTRATADA possuir Cadastro de Credor ativo junto ao Sistema da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ/AC. O cadastramento deverá ser realizado conforme instruções constantes no endereço eletrônico: <http://sefaz.acre.gov.br> mediante a apresentação da documentação obrigatória, incluindo comprovante bancário da conta indicada para recebimento.
- 25.3. A emissão da ordem bancária dependerá da regularidade da empresa contratada junto ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNJ), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), entre outras exigências legais.
- 25.4. O documento fiscal deverá ser emitido em nome da: **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - CNPJ nº**

25.5. Na hipótese de rejeição do documento fiscal por incorreções, este será devolvido à empresa contratada para devida correção, não sendo considerado para fins de contagem de prazo de pagamento até sua reapresentação regular.

25.6. Em caso de atraso injustificado no pagamento, será devida compensação financeira à contratada, calculada com base na seguinte fórmula:

**EM = (NxVPxI)/365, onde:**

**EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;**

**N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;**

**VP = Valor da parcela em atraso; e**

**I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.**

25.7. Os documentos de cobrança deverão ser entregues na sede da CONTRATANTE, situada na Rua Benjamin Constant, nº 830, Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-062, no horário das 07h00 às 14h00, ou encaminhados por e-mail, a ser informado no momento da assinatura do contrato.

25.8. É vedado o pagamento por meio de boleto bancário ou outra forma não prevista no contrato.

25.9. A CONTRATANTE realizará as retenções tributárias devidas, salvo comprovação legal da CONTRATADA quanto à sua não incidência. Empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar declaração que comprove tal condição para fins de isenção da retenção na fonte.

## 26. **CLÁUSULA DÉCIMA – DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS**

### 26.1. **ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

26.1.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao objeto, a critério exclusivo da CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

26.1.2. Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada por meio de Termo Aditivo ao presente contrato, respeitadas as disposições do art. 125 da Lei 14.133/21.

### 26.2. **DA REVISÃO**

26.2.1. Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser promovida revisão do preço contratual, desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de comprovação da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato, nos termos do disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

26.2.2. Para fins do disposto no subitem anterior, será devida a revisão dos valores pela Contratante a partir da data do fato que gerou o direito ao reequilíbrio contratual, desde que solicitado formalmente, mediante comprovação pela Contratada e após a análise técnica e jurídica da Contratante.

26.2.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

26.2.4. Fica facultado à Contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela Contratada.

26.2.5. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a Contratada não poderá suspender o fornecimento dos materiais/equipamentos e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

26.2.6. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da Contratante, porém contemplará os materiais/equipamentos a partir da data do protocolo do pedido.

### 26.3. **DO REAJUSTE**

26.3.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data-base, à data vinculada do orçamento;

26.3.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, **os preços contratados poderão sofrer reajustes após um ano**, admitida a adoção de índices como o IPCA ou outros índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela, prevalecendo o menor índice na data do reajuste, desde que a prorrogação do vínculo represente situação mais vantajosa para a Administração;

26.3.3. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser

registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

## **27. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO CONTRATUAL**

27.1. A CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente contrato, garantida a prévia defesa nas hipóteses contidas no art. 137, da Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores, sem que caiba ao CONTRATADO, direito a qualquer indenização e sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes e das regras contidas nos arts. 138 e 139, do mesmo diploma legal.

27.2. A CONTRATADA reconhece desde já os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a contratos administrativos.

27.3. Em eventual rescisão de contrato, se a interrupção das atividades em andamento vier a causar prejuízo à população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias, para a rescisão obter eficácia. Durante este prazo, a CONTRATADA não poderá negligenciar a execução dos serviços ora contratados.

27.4. Em caso de rescisão, fará jus a CONTRATADA, ao valor dos serviços realizados anterior a rescisão, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

27.5. De acordo com o art. 138 da Lei 14.133/2021, a extinção do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração, formalizada a intenção com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

27.6. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa;

27.7. Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis, como os determinados por ato unilateral da Contratante, serão formalmente motivados, assegurada, à Contratada, na segunda hipótese, a produção de contraditório e de ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da intenção da Contratante para que, se o desejar, a Contratada apresente defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento e, em hipótese de não colhimento da defesa, interponha recurso hierárquico no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

27.8. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com consequências previstas nos arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, neste instrumento e na Legislação Brasileira;

27.9. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

27.10. O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, pela autoridade Requisitante e pela autoridade responsável pela Aprovação da conveniência e oportunidade, com fulcro no Decreto Estadual nº 9.542/2021 e a IN Conjunta nº 01/2014, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.

## **28. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES**

28.1. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam, os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo (art. 92, XIV da Lei 14.133/21).

28.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou ata de registro de preços ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante (art. 249, § 4º, Decreto Estadual nº 11.363/2023).

28.3. O Licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará sujeitas às sanções previstas e será descredenciado do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores do Governo do Estado do Acre.

28.4. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada “se houver”, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada monetariamente e com aplicação de juros, fixados segundo os índices e taxas utilizados na cobrança dos créditos não tributários da Fazenda Pública estadual, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

28.5. O atraso nos serviços para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao

do ilícito administrativo, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

28.6. Competirá ao órgão ou entidade não participante os atos relativos à fiscalização e gestão contratual, inclusive em relação à aplicação de eventuais penalidades, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciadora (art. 334, § 5º, Decreto Estadual nº 11.363/2023).

28.7. O licitante penalizado com as sanções de impedimento ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será registrado no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo do Estado do Acre, com registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS ou Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF após a comunicação ao órgão ou entidade promotora da licitação pelo órgão ou entidade responsável pela aplicação da sanção (art. 148, VIII, Parágrafo único, Decreto Estadual nº 11.363/2023).

28.8. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções administrativas previstas no edital.

28.9. As sanções previstas nas art. 156 §7º poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa prevista no inciso II, nos termos do art. 156 da Lei Federal nº. 14.133/21.

28.10. Administração poderá rescindir o contrato nas hipóteses do art. 137, bem como poderá fazê-lo de forma unilateral nos casos do inc. I do art. 138, ambos da Lei Federal nº. 14.133/21.

28.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

28.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

28.13. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

28.14. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo órgão.

28.15. O valor da multa aplicada após regular processo administrativo, poderá ser descontado da Nota Fiscal ou crédito existente no órgão indicado no item 4 deste Termo de Referência, acrescido de juros moratório de 1% (um por cento) ao mês.

28.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas em sistema mantido na Secretaria Adjunta de Licitações - SELIC, e no caso de suspensão de licitar a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

28.17. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

28.18. As penalidades só não serão aplicadas, se ocorrer fato superveniente justificável e aceito, submetido à aprovação da autoridade competente – pelo Pregoeiro e submetido à autoridade do órgão promotor da licitação durante a realização do certame ou pelo fiscal do contrato e submetido à aprovação pela autoridade do órgão solicitante, durante a execução do contrato.

28.19. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e ampla defesa no processo administrativo.

28.20. Para as condutas ensejadoras de prejuízo à Administração não descrita nos itens anteriores, poderão ser aplicadas outras penalidades previstas em legislação específica, subsidiariamente.

28.21. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Termo de Referência, serão aplicadas as penalidades previstas no instrumento convocatório, garantida sempre a ampla defesa e o contraditório.

28.22. Qualquer atraso na execução das obrigações assumidas deverá, obrigatoriamente, constar de justificativa protocolada na Secretaria de Estado de Saúde, até o dia anterior à data prevista para a execução do serviço e ou fornecimento do materiais.

28.23. Se a CONTRATADA incidir nas condutas previstas no art. 156 da Lei Federal nº. 14.133/2021, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar-lhe, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - impedimento de licitar e contratar; e

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

28.24. **A multa é a sanção pecuniária que será imposta ao fornecedor e será aplicada nos seguintes limites máximos:**

I - 0,33 % (trinta e três centésimos por cento) ao dia, do segundo dia até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parcela do objeto não realizada;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor da parcela do objeto não realizado, observado o disposto no § 5º, a partir do trigésimo primeiro dia;

III - 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela do objeto em atraso, no primeiro dia de atraso, por descumprimento do prazo de entrega do objeto em conformidade com o edital, cumulativamente à aplicação do disposto nos incisos I e II; e,

IV - 10% (dez por cento) aplicado sobre o percentual de 20% (vinte por cento) do valor da proposta do licitante, por ilícitos administrativos no decorrer do certame.

## **29. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

29.1. O valor global do presente Contrato é de \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_), seu preço é fixo e irrevogável.

### **29.2. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

29.2.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados abaixo:

29.2.2. Cód. Órgão / Unidade Executora: 721 SESACRE / 607 Fundo Estadual de Saúde

29.2.3. Programa de Trabalho: 10.302.1465-22070000/10.302.1465-22080000

29.2.4. Elemento de Despesa: 33.90.39.0000

29.2.5. Fonte de Recurso: 15001002 e 26010400

## **30. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ANTICORRUPÇÃO**

### **30.1. Compromisso com a Integridade**

30.1.1. A CONTRATADA declara, sob as penas da lei, que adota postura ética e íntegra em todas as suas atividades, comprometendo-se a não oferecer, prometer, autorizar, realizar, solicitar ou receber, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, pagamento, presente, benefício, suborno, propina ou comissão a agentes públicos ou a quaisquer terceiros, com o objetivo de influenciar atos ou omissões relacionados à celebração, execução ou fiscalização deste contrato.

### **30.2. Conformidade Legal e Programas de Integridade**

30.2.1. A CONTRATADA obriga-se a cumprir rigorosamente todas as disposições da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção Empresarial), da Lei Estadual nº 3.747/2021 (que institui o Programa de Integridade e Compliance do Estado do Acre), bem como demais normas e regulamentos anticorrupção e de integridade aplicáveis, incluindo os princípios da administração pública previsto no art. 37 da Constituição Federal.

### **30.3. Canal de Denúncias e Cooperação**

30.3.1. A CONTRATADA se compromete a divulgar internamente, entre seus dirigentes, empregados, prepostos e eventuais subcontratados, os canais oficiais de denúncia da Secretaria de Estado de Saúde - SESACRE, viabilizando que qualquer conduta irregular relacionada a este contrato seja prontamente comunicada nos seguintes canais:

I - **E-mail:** [sesacre.sesacre2020@gmail.com](mailto:sesacre.sesacre2020@gmail.com) / [sesacre.sesacre@ac.gov.br](mailto:sesacre.sesacre@ac.gov.br)

II - **Telefone:** (68) 3215-2670 / 2619

III - **Endereço:** Rua Benjamin Constant, 830, - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-064

## **31. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

31.1. Consideram-se partes integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos:

a) O Edital da Licitação na modalidade ao Pregão Eletrônico SRP Nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_, e seus anexos.

b) A proposta apresentada pela CONTRATADA.

31.2. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Aplicam-se às omissões deste contrato as disposições da Lei nº 14.133, observando-se as normas constantes na Lei Complementar 123/2006 (Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) e suas alterações, Decreto Estadual nº. 11.363/2023, e subsidiariamente a Lei nº 8.078/90 Código de Defesa do Consumidor e demais normas regulamentares aplicáveis, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

## **32. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO**

32.1. O extrato da presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Estado.



33. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

33.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca da Capital Rio Branco/AC.

33.2. E assim, por estarem as partes de acordo, justas e contratadas, foi lavrado o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes para que produza todos os efeitos de direito.

Rio Branco - AC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

SECRETÁRIA (O) DE ESTADO DE SAÚDE

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXX

REPRESENTANTE LEGAL

CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **TIAGO DUTRA DIEL, Chefe de Departamento**, em 23/12/2025, às 12:26, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0018775775** e o código CRC **D888DEF4**.

**ANEXO IV DO EDITAL - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)**

**Referente:** Edital Pregão Eletrônico SRP N.º \_\_\_\_/\_\_\_\_.

Apresentamos a V.S., nossa Proposta de fornecimento de serviços especializados \_\_\_\_\_, nos termos do Edital e seus Anexos.

**NOME COMPLETO DO LICITANTE:** \_\_\_\_\_

**CNPJ:** \_\_\_\_\_

**ENDEREÇO:** \_\_\_\_\_

**EMAIL:** \_\_\_\_\_

**TELEFONE:** \_\_\_\_\_

**CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM 11. DO TERMO DE REFERÊNCIA**

Item	Especificação	Unid.	Qtd Registro	Qtd Consumo	Valor Unitário	Valor Total
01	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	Und.	xx	xx	XXXXXXXX	XXXX

O prazo de validade de nossa proposta de preços é de xx (xxxxxxxx) dias, contados da data da abertura da licitação.

Prazo de entrega conforme especificações do Anexo I.

**Declaramos** que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**Declaramos** que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa

**Notas:**

1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.
2. O prazo mínimo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias corrido**a contar da sessão pública.
3. Vide outras determinações no Anexo I – Termo de Referencia, deste Edital.